

Renault Portugal, SA

RELATÓRIO E CONTAS
2010

RENAULT PORTUGAL, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

- Exercício de 2010 –

I – INTRODUÇÃO

Nos termos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da RENAULT PORTUGAL, S.A., apresentar o seu Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2010.

No exercício, em apreço, a sociedade centrou-se, em exclusivo, na sua actividade tradicional, de representação e de comercialização, no estágio grossista, dos veículos e peças das marcas Renault e Dacia, sendo as actividades de retalho de veículos e peças e de reparação automóvel desenvolvidas através das suas filiais, integrantes do Grupo RRG- Renault Retail Group, em Portugal. Também a actividade industrial se encontra confiada à CACIA-Companhia Aveirense de Componentes para a Indústria Automóvel, S.A., filial da Renault Portugal, com domínio total.

II – VENDAS DE VEÍCULOS

1. MERCADO NACIONAL

Em 2010 as vendas de Veículos Passageiros no mercado nacional elevaram-se a 223.464 unidades, o que representou um acréscimo de 38,8% face ao verificado em 2009.

Esta situação decorreu, essencialmente, da procura verificada no decurso do último quadrimestre do ano, com um movimento crescente de antecipação de compra, motivada pelas medidas anunciadas com apresentação e discussão do Orçamento para 2011, prevendo, como se veio a concretizar, a extinção do programa de incentivos ao abate de veículos em fim de vida, os aumentos das taxas do IVA, do ISV e do IUC, bem como o agravamento, para as empresas, dos custos fiscais com veículos de passageiros, por via da tributação autónoma de IRC, também fortemente agravada, e dos limites para a dedução fiscal dos encargos com esses veículos.

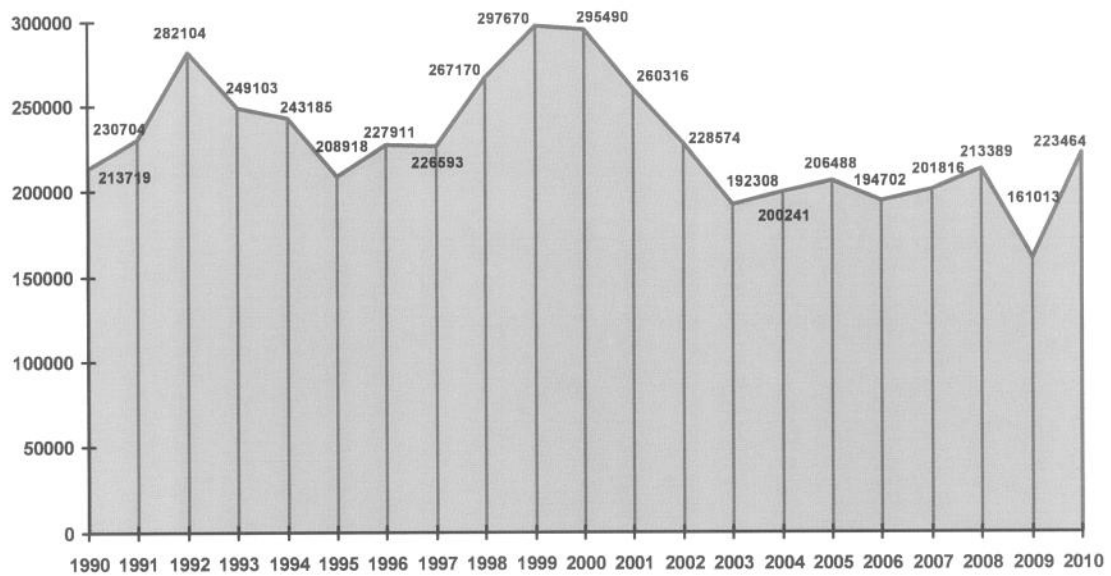
O mercado de Comerciais Ligeiros teve, igualmente, um crescimento, cifrando-se nas 45.669 unidades vendidas, e a um acréscimo de 17,4% face a 2009. Este crescimento foi também determinado pelos agravamentos da fiscalidade fixados para 2011, aliado à necessidade de renovação de frotas, já com alguma antiguidade.

De salientar, que em 2010, correspondente ao último ano do programa de incentivos, foram abatidos 37.059 veículos, mas o que já representou um decréscimo de 11,2% face ao verificado em 2009.

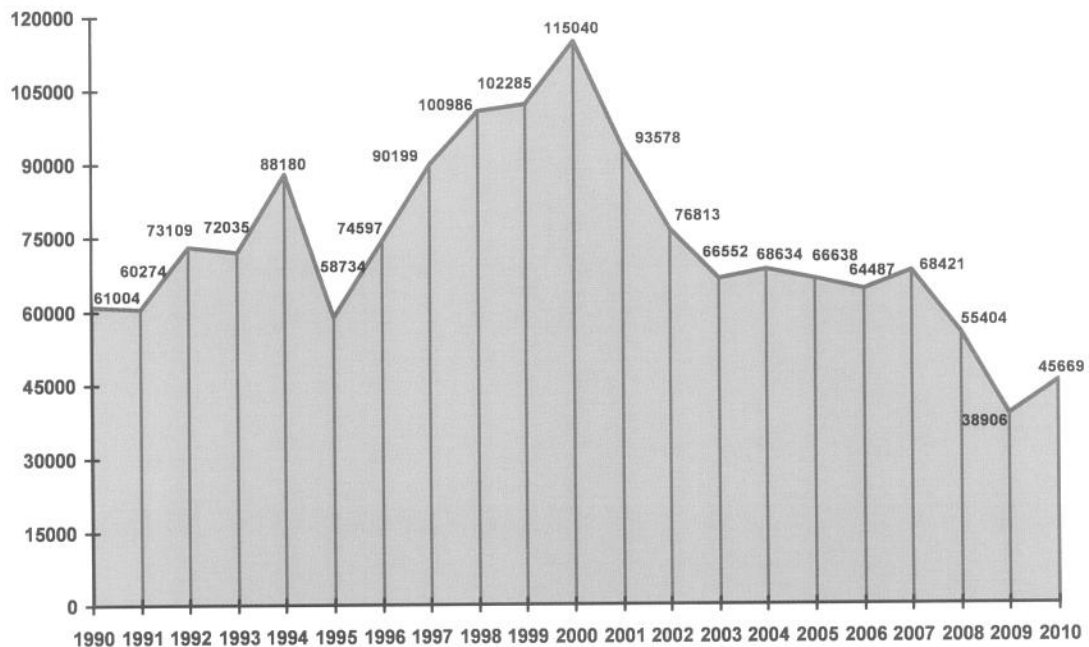
Quanto à repartição no mercado de Veículos Passageiros, continua a verificar-se que os segmentos A, B e C são os mais importantes, com um peso total de 77,9% do MTM, como resultado dos apontados efeitos de fiscalidade, abates, frotas de rent-a-car e ao lançamento de novos produtos.

Comparativamente a 2009, de destacar o aumento do segmento B (+3 pontos percentuais), por efeito dos abates e frotas e o segmento C que representou 32,9% do mercado, reflectindo um crescimento de 32% em volume, por efeito dos monovolumes, abates e novos produtos (Renault Fluence, Opel Astra, Peugeot 5008, Alfa Giulietta). O Segmento D representou 9,5% do mercado, o Segmento E 3,5% e os Monovolumes 1,0%. Os 4X4 representaram 8,1% do MTM e um crescimento de +87% face a 2009, por efeito de novos produtos, nomeadamente do tipo “SUV”.

EVOLUÇÃO DO MTM VP'S - PORTUGAL



EVOLUÇÃO DO MTM VCL'S - PORTUGAL



2. VENDAS DA MARCA RENAULT

A Renault foi a marca mais vendida no mercado automóvel português, com 33.148 veículos, alcançando uma penetração de 12,3%.

Este resultado abarca as 26.197 unidades de vendas de Veículos Passageiros, o que corresponde a uma quota de mercado de 11,7%. Neste resultado, de destacar a boa performance dos modelos Clio e Mégane e o lançamento do Fluence.

Nos Veículos Comerciais Ligeiros foram vendidas 6.951 unidades, registando uma subida de 35% em volume. Neste mercado a Renault obteve uma penetração de 15,2%, sendo de salientar o lançamento do novo modelo da Master.

2.1 – Veículos Passageiros

No mercado de Veículos Passageiros, a Renault liderou com 11,7%. No 2º lugar do ranking posicionou-se a VW com 8,4%, com menos 7.383 veículos. O 3º lugar foi ocupado pela Peugeot, com 8,1%.

Em termos de modelos, o Mégane foi o líder dos mais vendidos no mercado, com 14.434 unidades e uma penetração no segmento de 19,6%. Na 2ª posição situou-se o Seat Ibiza com 8.898 vendas. O Novo Clio ocupou o 5º lugar do ranking com 8.499 unidades o que equivale a 9,9% do segmento B.

Salientamos que no seu conjunto os modelos Mégane, Scénic e Fluence voltam a liderar o segmento C, com uma quota de 21,5%.

2.2 Veículos Comerciais Ligeiros

A Renault também obteve a liderança deste mercado com 15,2% de penetração. A Citroen obteve o 2º lugar com 15,0% e com uma diferença de menos de 103 veículos. A Peugeot ocupou o 3º lugar com 11,8% e a Fiat o 4º com 9,9%.

Na Renault, verificou-se um crescimento de vendas de 35% relativamente a 2009. O Renault Kangoo, posicionou-se no 2º lugar do ranking dos modelos mais vendidos com 2.880 unidades, correspondentes a uma penetração no respectivo segmento de 18,1%. O Clio 2L liderou o segmento dos Societés Económico com 21,8%.

Nos Furgões, a Renault obteve o 2º lugar no segmento com 1.335 veículos e uma quota de 15,3%.

REPARTIÇÃO DE VENDAS RENAULT (VP)

	2010		2009	
	Unidades	%Seg.	Unidades	%Seg.
Twingo	405	2,9%	468	3,9%
Clio	8.499	9,9%	6.177	10,9%
Modus	485	0,6%	688	1,2%
Gama Mégane	14.434	19,6%	9.494	17,0%
Scénic	992	1,3%	973	1,7%
Fluence	403	0,5%	-	-
Gama Laguna	737	3,5%	521	2,6%
Espace	63	2,9%	88	4,5%
Koleos	-	-	30	0,3%
Kangoo	179	0,2%	218	0,4%
TOTAL	26.197	11,7%	18.657	11,6%

REPARTIÇÃO DE VENDAS RENAULT (VCL)

	2010		2009	
	Unidades	%Seg.	Unidades	%Seg.
Clio Société	2.205	21,8%	1.585	20,3%
Twingo Société	-	-	3	
Mégane Société	343	16,9%	9	0,5%
Kangoo Express	2.880	18,1%	2.317	18,7%
Master	776	10,7%	535	7,4%
Trafic	715	15,0%	675	14,5%
Master Bus	32		41	
TOTAL	6.951	15,2%	5.165	13,2%

TOTAL VP+VCL

33.148	12,3%	23.822	11,9%
---------------	--------------	---------------	--------------

3. VENDAS DA MARCA DACIA

A Renault Portugal, iniciou a comercialização da marca **Dacia** em Abril 2008. Em 2010 as vendas de veículos desta marca totalizaram 1.790 unidades (+181,9% que 2009), o que representou 0,7% do mercado nacional global. De destacar, em 2010 o lançamento do modelo de SUV compacto “Duster”.

As vendas dos veículos da marca Dacia repartiram-se entre os modelos Logan (375 unidades), Sandero (524 unidades), Duster (759 unidades) e Logan Pick-Up (132 unidades).

REPARTIÇÃO DE VENDAS DACIA (VP)

	2010		2009	
	Unidades	%Seg.	Unidades	%Seg.
Sandero	524	0,6%	286	0,5%
Logan	375	0,4%	298	0,5%
Duster	759	4,3%	-	-
TOTAL	1.658	0,7%	584	0,4%

REPARTIÇÃO DE VENDAS DACIA (VCL)

	2010		2009	
	Unidades	%Seg.	Unidades	%Seg.
Logan Pick-Up	132	2,4%	51	1,0%
TOTAL	132	0,3%	51	0,1%

TOTAL VP+VCL

1.790	0,7%	635	0,3%
--------------	-------------	------------	-------------

III – ACTIVIDADE DE PEÇAS E SERVIÇO RENAULT

Esta actividade após-venda da rede de reparadores Renault radica na dimensão do parque total de veículos da marca em circulação, que, em 2010, sofreu uma redução de 4% relativamente ao parque existente em 2009, o que desde logo, potenciou uma actividade em baixa.

O valor de vendas de peças sobressalentes registou, em todos os canais consolidados, uma quebra de 2,3 % relativamente a 2009, num contexto económico que não apresenta sinais de retoma, traduzindo-se na baixa significativa da reparação na rede de distribuição da marca, devido quer à diminuição do poder de compra dos clientes quer à apontada diminuição do parque automóvel.

Acresce a maior presença de cadeias de serviços rápidos, que registam uma agressividade comercial, tanto a nível das peças como a nível das operações de manutenção.

Assim, em 2010, não se confirmou a expectativa de retoma da actividade na rede Renault, encerrando o ano com uma ligeira quebra do volume de negócios no canal oficina, tendo como principais razões:

- As menores quilometragens percorridas pelos consumidores e o adiamento das manutenções dos veículos ou a repartição dos programas de manutenção em mais do que uma visita à oficina.
- A diminuição do volume de entradas oficina (- 7 %), com a consequente redução no volume de negócios.
- A reconhecida melhoria da qualidade do produto, com um impacto de menos 14,1% no volume de negócios das intervenções em garantia.

Esta situação levou de novo a Rede Renault a adaptar as suas estruturas de efectivos na área após-venda, com uma redução de 6,8 %, correspondente a 95 produtivos.

A baixa de facturação foi sentida em praticamente todos os canais de venda, excepto no canal grossista, assegurado pelos vendedores itinerantes e que registou um ligeiro acréscimo face a 2009.

No entanto, mesmo em condições de mercado desfavoráveis, o resultado operacional manteve-se praticamente ao nível do ano anterior.

O portal Renault@Parts confirmou ser uma ferramenta de grande utilidade como instrumento de rapidez de acesso e colocação de encomendas utilizado pelas redes secundária e terciária.

O Marketing de Serviço voltou a incidir a sua comunicação numa lógica de preços fixos, com a ambição de fidelizar os clientes às oficinas da Rede Renault, através da transparência de preços tudo incluído “Renault Exacto”, aliado às operações de manutenção, pneus, travagem e check-up gratuito, promovidas através de acções promocionais.

As oficinas registaram 345 mil entradas de clientes pagantes, contra as 371 mil do ano anterior.

O desvio da actividade centrou-se nas intervenções de primeira necessidade, para as quais os canais de serviços rápidos Renault Minuto e Carroçaria Rápida se posicionaram como uma boa opção cliente.

Estes dois canais de assistência, consolidaram os 26 Renault Minuto e 17 Carroçarias rápidas, com uma adequada cobertura geográfica.

O conceito Renault Carroçaria Rápida ainda não obteve o nível de imagem de marca de que beneficia a Renault Minuto, viu implementadas acções promocionais, a reforçar em 2011.

Não se pode, no entanto, descurar que a pequena intervenção de chapa e pintura é facilmente adiada no tempo, perante a necessidade de uma redução nos gastos do agregado familiar, em que o cliente não assume facilmente este tipo de encargo.

Formação Automóvel

O Instituto de Formação Automóvel ministrou um total de 23.694 horas de formação nas diferentes áreas, repartidas por:

- 9.924 horas dedicadas à formação de novos mecânicos técnicos, Cotechs e Cartechs, estes últimos na competência de reparação de chapa e pintura;
- 2.735 horas de formação não técnica após-venda;
- 4.598 horas de formação comercial;
- 2.197 horas de formação comercial de novos produtos;
- 4.240 horas de formação técnica de novos produtos.

Imagem Institucional da Rede

Foi mantido o processo de instalação da Nova Imagem de sinalização dos estabelecimentos da marca, atingindo-se uma realização próxima dos 80 % na rede de concessionários e de reparadores autorizados.

A instalação da imagem Dacia acompanhou a afectação dos operadores nomeados para representarem comercialmente esta marca.

Implementou-se ainda na totalidade da rede primária o projecto “SUP’Com”, que consistiu na aplicação de um conjunto de elementos institucionais, com principal incidência no ambiente das áreas de exposição de veículos novos.

IV – REDE DE DISTRIBUIÇÃO

As actividades desenvolvidas pela rede Renault de venda de viaturas novas e peças de substituição e a prestação de serviços de reparação automóvel foram asseguradas por 26 Concessionários, dos quais 3 são filiais da Renault Portugal, integradas na estrutura “RENAULT RETAIL GROUP”.

A nível da Rede Primária existiam, igualmente, seis Reparadores Autorizados, com as actividades de venda de peças de substituição e de prestação de serviços de reparação automóvel.

Quanto à rede Secundária o ano terminou com 69 Agentes, sendo 33 com as actividades de venda de viaturas novas e prestação de serviços de reparação automóvel e 36 apenas dedicados à actividade de reparação automóvel.

As actividades relativas à marca Dacia, foram asseguradas por 24 concessionários, 13 Reparadores Autorizados e 15 Agentes.

Globalmente, as redes Primária e Secundária dispunham no País de 313 pontos de venda ou de serviço, onde trabalham 3.378 profissionais nas mais diversas funções.

No que respeita à actividade comercial da rede verificou-se em 2010:

- A actividade comercial de Viaturas Novas teve um acréscimo, relativamente a 2009 de 45,9 %, sendo superior à do respectivo mercado, que aumentou 34,6%;
- As medidas económicas e fiscais implicaram uma maior realização comercial, assistindo-se à antecipação de compras num contexto económico mais favorável;
- As Vendas de Peças de Substituição decresceram relativamente a 2009, por via de uma quebra do mercado da reparação automóvel em geral e de uma concorrência acrescida entre os diversos operadores (comércio de peças e reparadores);
- A actividade comercial de viaturas usadas apresentou uma melhoria da sua rentabilidade apesar de um ligeiro decréscimo do número de unidades vendidas;
- A actividade de reparação automóvel da rede Renault teve um decréscimo, relativamente a 2009, motivado essencialmente pelas seguintes razões:
 - Menor recurso dos clientes à manutenção preventiva das suas viaturas;
 - Redução da actividade garantia, como resultado da melhoria dos níveis de qualidade dos novos e actuais produtos;

- Diminuição da actividade de reparação na área da chapa e pintura, por efeito da menor sinistralidade e de diferentes lógicas de funcionamento por parte das seguradoras.



V - ACONTECIMENTOS RENAULT 2010

O ano de 2010 confirmou a Renault como a marca preferida dos Portugueses. Pelo 13º ano consecutivo a Renault foi a marca mais vendida em Portugal, tendo liderado quer o mercado de Veículos de Passageiros quer o de Comerciais Ligeiros.

Se a marca Renault registou, em 2010, um crescimento de 39,2% (num mercado que progrediu 34,6%) a marca Dacia efectuou um grande salto, tendo praticamente triplicado as vendas face ao ano anterior.

No total, o Grupo Renault conquistou 13% de quota de mercado (Passageiros e Comerciais Ligeiros) com mais de 4 pontos percentuais de avanço sobre os concorrentes directos.

Para este excelente resultado contribuiu de forma decisiva a gama Mégane que, com quase 14.500 unidades vendidas em 2010, foi de forma inequívoca a gama mais vendida em Portugal.

Uma referência importante para o novo modelo da Dacia: o Dacia Duster. Com início de comercialização em Junho de 2010, o Dacia Duster obteve ainda assim, e em volume anual, um lugar no Top 5 entre os SUV mais vendidos no nosso País. O Duster é um assinalável sucesso comercial e de imagem e que contribuiu de forma decisiva para a implantação da marca Dacia em Portugal e para o sucesso que se anuncia para os próximos anos.

Durante o ano de 2010, a Renault continuou a dar passos decisivos para o seu grande objectivo de liderar, a nível Mundial, uma nova forma de mobilidade: a mobilidade eléctrica.

No Salão de Paris, em Setembro, a Renault revelou a forma definitiva de toda a sua gama de veículos eléctricos cujo início de comercialização terá lugar no Outono de 2011.

Depois de em 2009 a Portugal ter sido um dos 5 países, em todo o mundo, onde a Renault organizou uma acção que permitiu um primeiro contacto com o protótipo eléctrico, em Dezembro de 2010 o Renault Roadshow Z.E. realizou-se de novo em Portugal.

Um conjunto alargado de aproximadamente 150 pessoas, que incluiu representantes do Governo e das principais empresas nacionais, imprensa e rede de concessionários, pôde ensaiar o Kangoo Z.E. e o Fluence Z.E. em plena cidade de Lisboa e com isso constatar a validade e os progressos feitos pela Renault ao nível da mobilidade eléctrica.

Se o ano de 2010 terminou com a visão da Renault para o futuro da mobilidade o mesmo ano iniciou-se com a realização da décima edição do programa de Educação e Sensibilização à Segurança Rodoviária: o Segurança para Todos.

Consciente do seu papel na Sociedade a Renault Portugal levou mais uma vez a cabo aquele que é o maior programa existente em Portugal dedicado à temática da Segurança Rodoviária.

Tal como nos anos anteriores, dezenas de milhares de alunos do ensino básico e cerca de 7.000 professores utilizaram os materiais de formação disponibilizados pela Renault. Ao concurso Internacional, cujo prémio é uma viagem à Disneyland Paris para toda a turma vencedora, concorreram cerca de 500 trabalhos plásticos de turmas de norte a sul de Portugal e das regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Ainda no âmbito do programa Segurança para Todos a Renault Portugal, em conjunto com a sua Rede de Concessionários, organizou, pela segunda vez o SPT Tour, um programa que permite às escolas e aos alunos e professores contactarem directamente com a realidade do mundo automóvel e sempre subordinada ao tema da Segurança Rodoviária.

Em Março de 2010 a Renault fez a sua estreia oficial nas Redes Sociais com a criação da página Institucional da marca Renault em Portugal no *facebook* e no *twitter*. Semanas mais tarde foi criada a página da Dacia.

Actualmente, mais de 20.000 “fãs” da Renault e cerca de 1.000 da Dacia recebem diariamente informação sobre as marcas, são animados através de passatempos, tem acesso às notícias publicadas sobre os produtos e dispõem de um espaço aberto de troca de ideias e, claro, de questões e dúvidas.

A página da Renault Portugal no *facebook* é uma das mais importantes no sector automóvel e a de maior dinâmica de todo o universo Renault a nível mundial.

Inserida na sua estratégia de promoção da imagem da Marca, a Renault proporcionou a cerca de 200 clientes e potenciais clientes das Concessões de Norte a Sul de Portugal uma experiência única a bordo de um Renault Mégane RS.

Esta experiência remeteu claramente a marca Renault para um universo por vezes desconhecido dos seus próprios clientes: o de uma marca dinâmica, entusiasta e capaz de oferecer a melhor tecnologia ao alcance de todos.

VI - RECURSOS HUMANOS

Após uma fase de maior exigência em termos de adaptação da estrutura e do efectivo da empresa, 2010 foi um ano de relativa estabilização no domínio dos Recursos Humanos, durante o qual foi dada continuidade às medidas de reorganização interna anteriormente iniciadas, as quais não tiveram qualquer impacto significativo em termos do volume de emprego disponível.

Na sequência da continuidade do processo de reorganização interna, o ritmo das movimentações de pessoal manteve-se elevado, tendo sido concretizadas 18 situações de mobilidade interna, envolvendo, igualmente, outras empresas do Grupo, em Portugal. Estas medidas de mobilidade interna abrangeram, igualmente, o próprio órgão máximo de Direcção da empresa, tendo-se verificado a substituição dos responsáveis das áreas Administrativa e Financeira, de Marketing e de Qualidade e Serviço, pois que os antecessores cessaram as respectivas missões em Portugal.

Após o natural decréscimo verificado num ano de forte contenção orçamental, como foi o de 2009, as actividades de Formação Profissional retomaram o seu ritmo habitual, tendo sido duplicado o investimento face ao ano anterior. Em termos de acções de Formação, destaca-se a tendência para o acréscimo das chamadas “formações métier” e o arranque da formação “corporate” “Renault Management Way”, que irá abranger, em 2011, todo o enquadramento da empresa. No domínio da Formação são de salientar os seguintes indicadores:

- N° de horas de formação.....	3.869
- N° de formandos.....	304
- N° de horas/pessoa/ano.....	30
- Taxa de participação.....	75%
- Custo (K€uros).....	80

Em 31/12/2010, o efectivo total da Renault Portugal era constituído por 148 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma:

• Serviços Centrais	109
• Armazém de Peças	39

A idade média do efectivo é de 45 anos, sendo que 12% têm idade igual ou inferior a 34 anos e 33% idade igual ou superior a 50 anos. A respectiva antiguidade média é de 19 anos.

Em termos de habilitações escolares 51,% do efectivo possui formação ao nível do Ensino Superior, 27% ao nível do Ensino Secundário e 22% ao nível do Ensino Básico.

O volume total de emprego assegurado pela Renault Portugal e pelas suas participadas com domínio total, nas actividades comercial e industrial, eleva-se a 1.558 trabalhadores, o que representa um ligeiro acréscimo face ao ano anterior (1.535).

VII – SITUAÇÃO FINANCEIRA

1. RESULTADOS

Em 2010 a situação económica do País manteve uma tendência de degradação, decorrente dos ajustamentos das contas públicas concretizados pelos Planos de Estabilidade e Crescimento.

O PIB cresceu 2,3% e o consumo privado 3,9%, de acordo com as estatísticas provisórias do INE, e o consumo de bens duradouros 9,3% e, em particular, o consumo automóvel cresceu 26,2%.

Estes números demonstram o dinamismo do sector automóvel, provocado quer por efeitos de correcção da muito baixa procura do ano anterior, quer por antecipação de compras relacionada com as medidas de ajustamento macroeconómico (fim dos apoios à substituição de veículos em fim de vida, os dois aumentos das taxas de IVA em Julho de 2010 e Janeiro de 2011 e o agravamento das tabelas do ISV).

O mercado automóvel cresceu 34,6 % em volume em Portugal, e a empresa obteve uma quota de mercado de 13,0% no conjunto das marcas Renault e Dacia (12,2% em 2009).

As contas de 2010 reflectem o acréscimo de vendas da Empresa que resulta do efeito de crescimento do mercado e do aumento da quota de mercado.

Os resultados operacionais cresceram para 25,6 milhões de euros.

De realçar a adopção do Sistema Nacional de Contabilidade e o seu efeito no registo das vendas com contratos de retoma, com um efeito de redução facial nas vendas da empresa, que tiveram um crescimento de 17,3%.

A sociedade apresenta, com respeito ao exercício de 2010, demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (“NCRF”), tendo observado na transição (referida a 1 de Janeiro de 2009) as disposições previstas na NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Ao abrigo desta disposição contabilística, a sociedade preparou o seu balanço de abertura, referido à data de transição (1 de Janeiro de 2009) e reexpressou, para efeitos comparativos, as suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.



Detalhe no Anexo às Contas (Nota 2.)

RESULTADOS DO PERÍODO	2010	2009
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	25.614.809	-638.134
Resultado antes de impostos	22.972.748	-2.900.412
Imposto sobre o rendimento do período	-2.989.082	-715.922
Resultado líquido do período	19.983.666	-3.616.334

2 - SITUAÇÃO ECONÓMICA

2.1 - Proveitos

Após a quebra significativa ocorrida em 2009, o sector automóvel registou uma forte melhoria.

Em 2010, por efeito do aumento da procura no final do ano, decorrente das medidas adoptadas para o início de 2011, como sejam, a extinção do programa de incentivo ao abate de veículos em fim de vida e o agravamento da taxa do IVA (Imposto de Valor Acrescentado), do ISV (Imposto Sobre Veículos) e do IUC (Imposto Único de Circulação), resultando num aumento das vendas de veículos novos.

2.2- Custos por natureza

A estrutura de custos, ao nível do custo das existências vendidas e consumidas, espelha uma ligeira degradação, comparativamente ao ano anterior, devido ao aumento proporcional da actividade (proveitos) e respectivos custos.

O decréscimo verificado nos custos operacionais evidencia o esforço da empresa na redução dos custos fixos de estrutura.

	2010	2009
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	87,50%	83,98%
Fornecimentos e serviços externos	9,93%	12,39%
Gastos com o pessoal	1,62%	1,72%
Gastos de depreciação e de amortização	0,13%	0,21%
Juros e gastos similares suportados	0,57%	0,58%

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

3.1 Estrutura do Balanço:

O aumento dos Capitais Próprios, face ao ano de 2009, reflecte o aumento do resultado do exercício de 2010.

O Fundo Maneio registou um aumento face ao ano anterior, demonstrando que a sociedade mantém uma estrutura equilibrada e sem dificuldades para solver os compromissos assumidos.

A evolução das Necessidades de Fundo Maneio face a 2009 demonstra o esforço da Empresa essencialmente em recuperar os seus activos correntes.

A Tesouraria continua a manter um nível elevado, reflexo do descrito anteriormente.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Capitais Próprios	165.558.500	145.574.834
Passivo não Corrente	9.606.428	9.434.776
Capitais Permanentes	<u>175.164.928</u>	<u>155.009.610</u>
Activo não Corrente	131.827.034	122.896.649
Fundo Maneio	<u>43.337.894</u>	<u>32.112.961</u>
Existências	58.378.418	65.919.478
Clientes	3.928.275	4.665.263
Outros Activos Correntes	13.771.613	55.934.964
Necessidades Cíclicas	<u>76.078.306</u>	<u>126.519.705</u>
Fornecedores	15.582.894	11.986.859
Estado e Outros Entes Públicos	24.413.683	20.472.539
Outros Passivos Correntes	108.935.007	107.858.453
Recursos Cíclicos	<u>148.931.584</u>	<u>140.317.851</u>
Necessidades de Fundo Maneio	-72.853.278	-13.798.146
Tesouraria	<u>116.191.172</u>	<u>45.911.107</u>

3.2 - Indicadores:

Os indicadores da situação financeira continuam a apresentar uma situação estável e coerente.

		% <u>2010</u>	% <u>2009</u>
LIQUIDEZ GERAL	ACTIVO CORRENTE PASSIVO CORRENTE	1,29	1,23
SOLVABILIDADE	CAPITAL PRÓPRIO PASSIVO	1,04	0,97
AUTONOMIA FINANCEIRA	CAPITAL PRÓPRIO ACTIVO TOTAL LÍQUIDO	0,51	0,49
RENDIBILIDADE CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS LÍQUIDOS CAPITAL PRÓPRIO	0,12	-0,02
RENDIBILIDADE DO ACTIVO	RESULTADOS LÍQUIDOS ACTIVO TOTAL LÍQUIDO	0,06	-0,01

4 - PROPOSTA DE AFECTAÇÃO DO RESULTADO

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2010 revela-se positivo em 19.983.666 Euros, para o qual se propõe a seguinte afectação:

- 4.217.788 Euros, a distribuir às sócias, como dividendos do exercício;
- 11.377.218 Euros, a serem levados à conta de Ajustamentos em Activos Financeiros;
- o remanescente, de 4.388.660 Euros, a serem levados à conta de Resultados Transitados.

Merecendo esta proposta aprovação da Assembleia Geral, os Capitais Próprios, após distribuição de dividendos, elevar-se-ão a 161.340.712 Euros.

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Tal como referido no relatório do exercício precedente, a falta de perspectivas quanto ao prolongar da crise, levou logo no ano de 2009, à adopção de um conjunto de medidas de prevenção e de adaptação a uma fase recessiva.

Assim, foram encetadas medidas de redução de custos, de adaptação das estruturas, de redução e contenção das existências e, muito especialmente, de apoio à rede de distribuição da marca, de forma a tentar preservar a respectiva rentabilidade.

Estes objectivos foram conseguidos em 2010, o que, aliado a uma recuperação dos resultados da marca, sentida ao longo de 2010, permitiu melhorar a situação financeira, preservando a plenitude da capacidade operacional, de investimento e de boa continuidade das actividades.

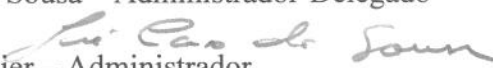
A melhoria ao longo de 2010 não tem perspectiva de igual continuidade em 2011. Um conjunto de condicionantes macroeconómicas, principalmente relacionadas com o risco País e a dívida soberana, levam a encarar o futuro próximo com naturais reservas, pelo que as medidas adoptadas devem ser mantidas.

Lisboa, 31 de Março de 2011.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Caro de Sousa – Administrador-Delegado

Xavier Sabatier – Administrador




RENAULT PORTUGAL, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	4.188.760	4.395.532
Propriedades de investimento	7	19.181.471	19.638.917
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	104.931.551	93.490.018
Participações financeiras - outros métodos	8	499	499
Activos por impostos diferidos	9	3.524.753	5.371.683
Total do activo não corrente		131.827.034	122.896.649
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	10	58.378.418	65.919.478
Clientes	11	3.928.275	4.665.263
Adiantamentos a fornecedores	11	203.274	204.774
Estados e outros entes públicos	16	-	780.095
Empresas do grupo e accionistas	11	12.517.000	53.854.173
Outras contas a receber	11	324.399	158.090
Diferimentos	12	726.940	937.832
Caixa e depósitos bancários	4	116.191.172	45.911.107
Total do activo corrente		192.269.478	172.430.812
Total do activo		324.096.512	295.327.461
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	13	38.462.920	38.462.920
Reserva legal	13	7.692.584	7.692.584
Resultados transitados	13	66.382.780	69.999.114
Ajustamentos em activos financeiros	13	33.036.550	33.036.550
		145.574.834	149.191.168
Resultado líquido do exercício		19.983.666	(3.616.334)
Total do capital próprio		165.558.500	145.574.834
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	14	8.592.855	8.218.060
Passivos por impostos diferidos	9	1.013.573	1.216.716
Total do passivo não corrente		9.606.428	9.434.776
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	15	15.582.894	11.986.859
Estado e outros entes públicos	16	24.413.683	20.472.539
Empresas do grupo e accionistas	15	2.608.016	4.839.021
Financiamentos obtidos - instituições financeiras	15	-	32.319
Outras contas a pagar	15	102.599.433	99.007.132
Diferimentos	17	3.727.558	3.979.981
Total do passivo corrente		148.931.584	140.317.851
Total do passivo		158.538.012	149.752.627
Total do capital próprio e do passivo		324.096.512	295.327.461

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2010.

A Técnica Oficial de Contas

Alexandra Ferreira

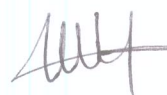


O Conselho de Administração

Administrador Delegado: José Caro de Sousa



Administrador: Xavier Sabatier



RENAULT PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados	18	520.102.657	443.403.389
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	11.377.218	(2.592.888)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(462.176.951)	(393.782.596)
Fornecimentos e serviços externos	19	(52.458.258)	(58.081.205)
Gastos com o pessoal	20	(8.557.776)	(8.073.646)
Imparidade de inventários ((perdas)/reversões)	10	3.320.636	5.566.467
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	11	19.464	(18.356)
Provisões ((aumentos)/reduções)	14	(310.481)	(258.233)
Outros rendimentos e ganhos	22	15.974.784	16.571.205
Outros gastos e perdas	23	(975.441)	(2.399.344)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26.315.852	334.793
Gastos de depreciação e de amortização	5 e 7	(701.043)	(972.927)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		25.614.809	(638.134)
Juros e rendimentos similares obtidos	24	391.725	455.803
Juros e gastos similares suportados	24	(3.033.786)	(2.718.081)
Resultado antes de impostos		22.972.748	(2.900.412)
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	(2.989.082)	(715.922)
Resultado líquido do exercício		19.983.666	(3.616.334)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

A Técnica Oficial de Contas

Alexandra Ferreira

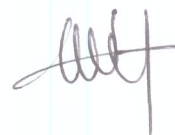


O Conselho de Administração

Administrador Delegado: José Caro de Sousa



Administrador: Xavier Sabatier



RENAULT PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe					Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros		
Posição no início do exercício 2009 - 1 de Janeiro de 2009 (POC)		38.462.920	7.692.584	70.771.441	385.282	33.036.550	(261.631)	150.087.146
Efeito da adopção pela primeira vez das NCRF	2	-	-	(70.771.441)	69.875.463	-	-	(895.978)
Posição no início do exercício 2009 - 1 de Janeiro de 2009 (Reexpresso)		38.462.920	7.692.584	-	70.260.745	33.036.550	(261.631)	149.191.168
Alterações no período: Efeito da adopção pela primeira vez das NCRF	2	-	-	-	(261.631)	-	(601.667)	(601.667)
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009		-	-	-	(261.631)	-	261.631	-
Resultado líquido do exercício de 2009 (POC)		-	-	-	-	-	(340.036)	(601.667)
Resultado integral		-	-	-	(261.631)	-	(3.014.667)	(3.014.667)
Posição no fim do exercício 2009 - 31 de Dezembro de 2009 (Reexpresso)		38.462.920	7.692.584	-	69.999.114	33.036.550	(3.616.334)	(3.616.334)
Posição no fim do exercício 2009 - 31 de Dezembro de 2009 (POC)		38.462.920	7.692.584	70.771.441	123.651	33.036.550	(3.014.667)	147.072.479
Efeito da adopção pela primeira vez das NCRF	2	-	-	(70.771.441)	69.875.463	-	(601.667)	(1.497.645)
Posição no fim do exercício 2009 - 31 de Dezembro de 2009 (Reexpresso)		38.462.920	7.692.584	-	69.999.114	33.036.550	(3.616.334)	145.574.834
Alterações no período: Aplicação do resultado líquido do exercício de 2009	13	-	-	-	(3.616.334)	-	3.616.334	-
Resultado líquido do exercício de 2010		-	-	-	-	-	19.983.666	19.983.666
Resultado integral		-	-	-	-	-	19.983.666	19.983.666
Posição no fim do exercício 2009 - 31 de Dezembro de 2010		38.462.920	7.692.584	-	66.382.780	33.036.550	19.983.666	165.558.500

O anexo faz parte integrante da demonstração de alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

A Técnica Oficial de Contas

Alexandra Ferreira



O Conselho de Administração

Administrador Delegado: José Caro de Sousa



Administrador: Xavier Sabatier



RENAULT PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		852.832.363	597.199.348
Pagamentos a fornecedores		(701.375.764)	(468.839.313)
Pagamentos ao pessoal		(6.602.383)	(6.277.609)
Caixa gerada pelas operações		144.854.215	122.082.426
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		789.892	527.857
Outros recebimentos / pagamentos		(114.341.204)	(80.613.835)
Fluxos das actividades operacionais [1]		31.302.902	41.996.448
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(36.825)	(287.481)
Investimentos financeiros		-	(3.300.000)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	8.202
Fluxos das actividades de investimento [2]		(36.825)	(3.579.279)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(59.860)	(105.969)
Fluxos das actividades de financiamento [3]		(59.860)	(105.969)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		31.206.217	38.311.200
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	82.376.939	44.065.739
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	113.583.156	82.376.939

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

A Técnica Oficial de Contas

Alexandra Ferreira



O Conselho de Administração

Administrador Delegado: José Caro de Sousa



Administrador: Xavier Sabatier



RENAULT PORTUGAL, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de Dezembro de 2010

SEDE:

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 12-E, 1950 – 096 Lisboa

Capital Social: 38.462.920 Euros

Pessoa Colectiva N.º 500 970 602

Matricula C.R.C. LISBOA Nº 350

INDICE

1	NOTA INTRODUTÓRIA	2
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2
3	PRÍNCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	7
4	FLUXOS DE CAIXA	17
5	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	18
6	LOCAÇÕES	19
7	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	20
8	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	22
9	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	24
10	INVENTÁRIOS	26
11	ACTIVOS FINANCEIROS	28
12	DIFERIMENTOS ACTIVOS	30
13	INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	30
14	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES	32
15	PASSIVOS FINANCEIROS	33
16	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	35
17	DIFERIMENTOS PASSIVOS	36
18	RÉDITO	36
19	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	37
20	GASTOS COM PESSOAL	37
21	AMORTIZAÇÕES	37
22	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	38
23	OUTROS GASTOS E PERDAS	38
24	JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES	38
25	PARTES RELACIONADAS	39
26	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	41
27	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	41

RENAULT PORTUGAL, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A RENAULT PORTUGAL, S.A. (RENAULT PORTUGAL ou "Empresa"), é uma sociedade anónima, constituída em 12 de Fevereiro de 1980. A sua sede é em Lisboa, na Rua Dr. José Espírito Santo, lote 12 E, e tem como objecto social o comércio de veículos automóveis e peças de substituição.

A Empresa está inserida no Grupo Renault, com o qual realiza um conjunto de transacções para desenvolvimento das suas operações, pelo que a sua actividade e resultados encontram-se influenciados por decisões tomadas ao nível do Grupo.

A Empresa não vai elaborar e apresentar contas consolidadas, uma vez que se encontra dispensada de o fazer nos termos do nº 3 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, dado que a "Empresa-mãe" (Renault, S.A.S.), com sede em Boulogne – Billancourt, França, apresenta contas consolidadas de acordo com a legislação de França, nas quais estão incluídas as demonstrações financeiras da Empresa e das suas filiais.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF"), normas interpretativas ("NI") aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF")

A Empresa apresenta pela primeira vez em 2010, demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro ("NCRF"), tendo observado na transição (referida a 1 de Janeiro de 2009) as disposições previstas na NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. Ao abrigo desta disposição contabilística, a Empresa preparou o seu balanço de abertura, referido à data de transição (1 de Janeiro de 2009) e reexpressou, para efeitos comparativos, as suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

A transição para as NCRF resultou nas seguintes alterações em políticas contabilísticas:

a) Retratamento contabilístico das vendas de viaturas com compromisso de recompra

Esta alteração refere-se ao desreconhecimento das vendas associadas aos contratos de venda de viaturas, com acordo de recompra das mesmas numa fase posterior (buy-back), celebrados pela Empresa até à data, os quais passam a ser tratados como locações operacionais.

De acordo com a NCRF 20 - Rêdito, os critérios de reconhecimento do rédito são geralmente aplicados separadamente. Contudo estes poderão ser aplicados juntamente a duas ou mais transacções quando estas estejam ligadas de tal maneira que o efeito comercial não possa ser compreendido sem referência às diversas transacções como um todo.

Por exemplo, uma entidade pode vender bens e, ao mesmo tempo, celebrar um acordo separado para recompra dos bens numa data posterior, negando assim o efeito substantivo das transacções; em tal caso, as duas transacções são tratadas conjuntamente, pois não são transferidos para o "comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem". Desta forma, no caso de contratos de buy-back estamos perante uma locação operacional sendo a mesma tratada de acordo com a NCRF 9 - Locações.

Assim, a Empresa procedeu ao desreconhecimento da venda e do custo da venda, registando em inventários os veículos em causa (independentemente do período da locação ser superior a 12 meses), diferindo o rédito e a desvalorização das viaturas durante o período do contrato de buy-back e registando uma provisão para os casos em que o valor do rédito a reconhecer durante esse período é inferior ao montante da desvalorização estimada da viatura face ao seu valor de mercado no momento da recompra.

As regras fiscais associadas à adopção das NCRF prevêem, quando aplicável, que os efeitos em capitais próprios e resultado líquido do período, decorrentes dos ajustamentos de conversão entre o anterior normativo e as NCRF sejam tributados/deduzidos no período de 5 anos, desde que os mesmos sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e demais legislação complementar. O efeito fiscal decorrente dos ajustamentos de transição em 31 de Dezembro de 2009 origina um imposto a favor do Estado no montante de 960.716 Euros, o qual foi relevado contabilisticamente na rubrica "Passivos por impostos diferidos".

Adicionalmente, e derivado da transição, existiu um aumento dos activos por impostos diferidos no montante de 1.500.683 Euros, relativos a imparidades de inventários e provisões, as quais já não vinham sendo relevadas para efeitos fiscais e consequentemente não são considerados ajustamentos de conversão para efeitos fiscais.

Reconciliação dos ajustamentos de transição para as NCRF

Em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF teve o seguinte efeito nos capitais próprios da Empresa:

Reconciliação do Capital Próprio

A reconciliação do capital próprio em 1 de Janeiro de 2009 (data da transição) e em 31 de Dezembro de 2009, para efeitos de conversão para as NCRF, é como segue:

RENAULT PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

	Em 01.01.2009 (data da transição)	Em 31.12.2009 (data do último relato em POC)
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	150.087.146	147.072.479
Ajustamentos de conversão:		
Retratamento contabilístico das vendas de viaturas com compromisso de recompra	(1.219.017)	(2.037.612)
	(1.219.017)	(2.037.612)
Efeito fiscal	323.039	539.967
Ajustamento total ao capital próprio	(895.978)	(1.497.645)
Capital próprio de acordo com as NCRF	149.191.168	145.574.834

Os efeitos no balanço em 31 de Dezembro de 2009, derivados da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as NCRF, detalham-se como se segue:

	31.12.2009		
	POC	Ajustamentos de conversão para NCRF	Reclassificações de conversão para NCRF
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	8.759.735	-	(4.364.203)
Propriedades de investimento	-	-	19.638.917
Activos intangíveis	-	-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	93.490.517	-	-
Outros activos financeiros	15.274.714	-	(15.274.714)
Activos por impostos diferidos	3.871.000	1.500.683	-
	121.395.966	1.500.683	-
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	19.347.470	46.572.008	-
Clientes	4.665.263	-	-
Adiantamentos a fornecedores	204.774	-	-
Estado e outros entes públicos	780.095	-	-
Accionistas	53.854.173	-	-
Outras contas a receber	158.090	-	-
Diferimentos	937.832	-	-
Caixa e depósitos bancários	45.911.107	-	-
	125.858.804	46.572.008	-
Total do activo	247.254.770	48.072.691	-
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	38.462.920	-	-
Reserva legal	7.692.584	-	-
Resultados transitados	123.651	(895.978)	70.771.441
Ajustamentos em activos financeiros	33.036.550	-	-
Excedentes de revalorização	70.771.441	-	(70.771.441)
	150.087.146	(895.978)	-
Resultado líquido do exercício	(3.014.667)	(601.667)	-
Total do capital próprio	147.072.479	(1.497.645)	-
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	13.286.343	(5.068.283)	-
Passivos por impostos diferidos	256.000	960.716	-
	13.542.343	(4.107.567)	-
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	36.352.851	-	(24.365.992)
Estado e outros entes públicos	20.472.539	-	-
Accionistas	4.839.021	-	-
Financiamentos obtidos - instituições financeiras	32.319	-	-
Outras contas a pagar	24.943.218	49.697.922	24.365.992
Diferimentos	-	3.979.981	-
	86.639.948	53.677.903	-
Total do passivo	100.182.291	49.570.336	-
Total do capital próprio e do passivo	247.254.770	48.072.691	-

Reclassificações:

Propriedades de investimento

De acordo com a NCRF 11 – “Propriedades de investimento, a Empresa procedeu à reclassificação dos activos fixos tangíveis, adquiridos com finalidade de gerar benefícios económicos à Empresa por via do arrendamento a terceiros ou a valorização do capital investido, para a rubrica “Propriedades de investimento”, anteriormente classificados nas rubricas de “Activos fixos tangíveis”/“Imobilizações corpóreas” e “Outros activos financeiros”/“Investimentos financeiros”, nos montantes líquidos de 4.364.203 Euros e 15.274.714 Euros, respectivamente.

Excedentes de revalorização

O montante de 70.771.441 Euros transferido para a rubrica de “Resultados transitados” refere-se a excedentes de revalorização de imóveis, por reavaliações efectuadas em anos anteriores ao abrigo de diplomas legais, relativamente aos quais a Empresa adoptou, na data de transição, o seu custo considerado (“deemed cost”).

Facturas em recepção e conferência

No âmbito da conversão para as NCRF, a Empresa procedeu à reclassificação de estimativas com gastos incorridos no exercício, da rubrica de “Fornecedores, facturas em recepção e conferência” para as rubricas de “Outras contas a pagar”, no montante de 24.365.992 Euros.

Ajustamentos:

Os montantes incluídos na coluna de ajustamentos resultam do ajustamento de transição para as NCRF relacionado com o tratamento contabilístico dado aos contratos de “buy-backs”.

A reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 para efeitos de conversão para as NCRF, é como segue:

	Em 31.12.2009 (data de último relato em POC)
Resultado líquido de acordo com o anterior referencial contabilístico	(3.014.667)
Ajustamentos de conversão:	
Retratamento contabilístico das vendas de viaturas com compromisso de recompra	(818.595)
	(818.595)
Efeito fiscal	216.928
Ajustamento total	(601.667)
Capital próprio de acordo com as NCRF	(3.616.334)

O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado como segue:

RENDIMENTOS E GASTOS	31.12.2009			
	POC	Ajustamentos de conversão para NCRF	Reclassificações de conversão para NCRF	NCRF
Vendas e serviços prestados	466.695.952	(23.292.563)	-	443.403.389
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	(2.592.888)	(2.592.888)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(417.351.321)	23.925.862	(357.137)	(393.782.596)
Fornecimentos e serviços externos	(56.174.566)	-	(1.906.639)	(58.081.205)
Gastos com o pessoal	(8.073.646)	-	-	(8.073.646)
Imparidades de inventários ((perdas)/reversões)	3.543.475	2.022.992	-	5.566.467
Imparidades de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	(18.356)	-	-	(18.356)
Provisões ((aumentos)/reduções)	(687.560)	187.956	241.371	(258.233)
Outros rendimentos e ganhos	14.468.089	-	2.103.116	16.571.205
Outros gastos e perdas	(813.637)	-	(1.585.707)	(2.399.344)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.588.430	2.844.247	(4.097.884)	334.793
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(750.516)	-	(222.411)	(972.927)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	837.914	2.844.247	(4.320.295)	(638.134)
Juros e rendimentos similares obtidos	2.707.642	-	(2.251.839)	455.803
Juros e gastos similares suportados	(7.687.589)	-	4.969.508	(2.718.081)
Resultados extraordinários	2.254.512	(3.662.842)	1.408.330	-
Resultado antes de impostos	(1.887.521)	(818.595)	(194.296)	(2.900.412)
Impostos sobre o rendimento do período	(1.127.146)	216.928	194.296	(715.922)
Resultado líquido do período	(3.014.667)	(601.667)	-	(3.616.334)

Reclassificações:

Resultados financeiros

De acordo com a NCRF 1 – “Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras”, a Empresa procedeu à reclassificação dos itens classificados como financeiros no anterior referencial contabilístico de acordo como a respectiva natureza, pelo que os mesmos foram reclassificados para as rubricas de resultados operacionais respectivas.

Essencialmente, estas reclassificações incluíram o montante de 2.592.588 Euros, relativo às perdas e ganhos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial, para a rubrica de “Ganhos/perdas imputados a subsidiárias e associadas”, o montante de 2.050.167 Euros, relativo a rendimentos (rendas) de propriedades de investimento, para a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, o montante de 1.906.639 Euros, relativos a comissões de gestão de contratos, debitadas pela RCI Gest, para a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” e o montante de 222.411 Euros, relativos às amortizações do exercício dos imóveis reclassificados para propriedades de investimento, para a rubrica de “Gastos de depreciação e amortização”.

Resultados extraordinários

De acordo com a NCRF 1 – “Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras”, uma entidade não deve apresentar itens de rendimento e de gasto como itens extraordinários na demonstração dos resultados, pelo que as mesmas foram reclassificadas para as respectivas rubricas de gastos e rendimentos em função das respectivas naturezas.

Essencialmente, estas reclassificações incluíram o montante de 1.242.723 Euros, relativos a perdas na alienação de activos fixos tangíveis, para a rubrica de “Outros gastos e perdas”, o montante líquido de 357.137 Euros relativo a perdas em existências (quebras) para a rubrica de “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, o montante de 241.371 Euros relativos a reversões de provisões para outros riscos e encargos para a rubrica de “Provisões” e montante de 194.196 Euros, relativo a excesso de estimativa de imposto do exercício anterior, para a rubrica de “Imposto sobre rendimento do período”.

Ajustamentos:

Os montantes incluídos na coluna de ajustamentos resultam do ajustamento de transição para as NCRF relacionado com o tratamento contabilístico dado aos contratos de "buy-backs".

Alterações à Demonstração dos fluxos de caixa

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa não ocorreram ajustamentos significativos derivados da conversão para NCRF, excepto os saldos de cash-pooling que passaram a ser evidenciados como caixa e seus equivalentes.

3 PRÍNCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos e livros contabilísticos da Empresa, de modo a que as mesmas estejam de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 – Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis correspondentes aos bens adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados pelo seu valor considerado ("deemed cost"), o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado, de acordo com as várias reavaliações legais efectuadas (Nota 13), deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os activos fixos adquiridos após essa data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, e outros custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	4 a 20
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	8

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber, e a quantia escriturada do activo sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 - Imparidade de activos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da Empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados, usando uma taxa de desconto antes de impostos, que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.4 – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos ou venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transacção). Subsequentemente, as propriedades de investimento continuam a ser mensuradas de acordo com o modelo do custo, deduzidas de amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes lineares, em conformidade com a vida útil estimada para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	4 a 20
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	8

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que à data do balanço, o justo valor da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas de imparidade". A reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.5 – Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transacções com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmemente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

3.6 - Locações

As locações são classificadas como locações financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para a Empresa. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Locações em que a Empresa age como locador

A Empresa procede à emissão de facturas para determinadas viaturas que são entregues aos seus clientes e com os quais assume o compromisso de as retomar em determinada data a um preço pré-estabelecido (buy-back). Nestas situações a Empresa não reconhece o rédito da operação no momento da emissão da factura dado que a transacção não cumpre com os requisitos previstos para que possa ser considerada como uma venda nesse momento. Assim, no momento inicial de cada contrato, a Empresa estima a diferença entre o preço de venda líquido das viaturas e o preço de retoma das mesmas no final do contrato, que corresponde ao rédito que a mesma irá obter com a transacção, bem como estima a diferença entre o custo de aquisição de cada viatura e o seu valor de mercado no momento da retoma, que corresponde à desvalorização/depreciação da viatura durante o período de locação, sendo estes dois montantes reconhecidos na demonstração dos resultados de uma forma linear durante o período da locação. Se no momento inicial, a Empresa estimar que o valor do rédito do contrato é inferior ao valor da desvalorização de cada viatura, é reconhecida desde logo uma provisão para este diferencial. A Empresa classifica como inventários os *buy-back* existentes à data de cada balanço independentemente do período remanescente até ao final do contrato, dado o período total dos contratos ser, regra geral, por um período inferior a 12 meses. Adicionalmente, as quantias a pagar na data de retoma das viaturas são registadas como "Outras contas a pagar".

3.7 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício o qual difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a entidade tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a entidade tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.8 - Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo de aquisição inclui também as despesas incorridas até ao armazenamento as quais, quando ainda não facturadas pelos fornecedores, são estimadas com base na melhor informação disponível à data. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registada uma perda por imparidade pela respectiva diferença, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários ((perdas)/reversões)".

A Empresa utiliza o "FIFO" (*first in first out*) como método de custeio para as peças de reposição e o custo específico para os veículos.

3.9 - Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Clientes e Outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de “Caixa e seus equivalentes” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo “Financiamentos obtidos - instituições financeiras” e os saldos relativos a cashpooling incluídos na rubrica “Empresas do grupo e accionistas”, no activo e no passivo.

c) Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente as comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efectivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

e) Empresas do grupo e accionistas

Estes saldos são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos e passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.10 - Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio nas datas das transacções ou, no caso de existirem, às taxas de câmbio contratadas mediante utilização de mecanismos de cobertura do risco cambial para a transacção.

Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data ou às taxas de câmbio contratadas mediante a utilização de mecanismos de cobertura de risco cambial. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

De igual forma, as diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as que vigorarem na data das cobranças ou pagamentos, são reconhecidas como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

3.11 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as actividades correntes da Empresa.

A Empresa não tem o procedimento de constituir provisões para gastos a incorrer com reparações de viaturas cobertas pelo período de garantia do fabricante, uma vez que esses montantes são suportados pela empresa-mãe Renault, S.A.S.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não

seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa receber o correspondente montante.

No que diz respeito à política contabilística de reconhecimento do rédito dos contratos de venda de viaturas com acordos de compra ("buy-backs") ver 3.6 acima.

3.13 - Especialização dos exercícios

Os rendimentos e gastos são registados no período em que são gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos.

3.14 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Os principais juízos de valor e estimativas considerados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Justo valor de viaturas usadas em inventários e em viaturas abrangidas por contratos *Buy-back*;
- Provisão para contingências;
- Estimativa para descontos, bónus e outros meios comerciais a conceder a concessionários; e
- Vidas úteis dos Activos tangíveis.

Justo valor de viaturas usadas em inventários e em viaturas abrangidas por contratos *Buy-back*

O valor de mercado das viaturas usadas e das viaturas incluídas nos contratos de *buy-back*, à data do balanço e no momento da recompra, respectivamente, pode variar devido a diferentes critérios e pressupostos na avaliação das desvalorizações das viaturas por modelos. Assim, qualquer alteração de critérios e pressupostos poderia ter impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa à data.

Provisão para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas estimadas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

Estimativa para descontos, bónus e outros meios comerciais a conceder a concessionários

A Empresa reconhece um passivo para os descontos, bónus e outros meios comerciais a atribuir aos seus concessionários relativos a viaturas já vendidas pela Empresa mas que ainda se encontram classificadas como inventários dos seus concessionários por não terem ainda sido vendidas a clientes finais. A estimativa dos descontos, bónus e outros meios comerciais a atribuir é feita com base nas políticas comerciais em vigor na data de fecho de cada exercício e podem ser diferentes daquelas que estarão em vigor na data em que as viaturas venham a ser vendidas pelos concessionários ao cliente final, momento no qual se emite o crédito ao concessionário.

Vidas úteis dos Activos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

3.15 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	2010	2009
Numerário	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	115.253	-
Aplicações de tesouraria	116.075.919	45.911.107
	116.191.172	45.911.107
Descobertos bancários (Nota 15)	-	(32.319)
Cash-pooling (Nota 25)	(2.608.016)	36.498.152
	113.583.156	82.376.940

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na rubrica de activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2010								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	1.179.991	6.658.152	1.470.233	255.980	3.546.333	369.766	18.937	13.499.392
Aquisições	-	-	-	-	36.825	-	-	36.825
Transferências	-	18.937	-	-	-	-	(18.937)	-
Abates/alienações	-	-	-	-	(842.715)	-	-	(842.715)
Saldo final	1.179.991	6.677.089	1.470.233	255.980	2.740.443	369.766	-	12.693.502
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	(4.033.561)	(1.156.194)	(252.083)	(3.318.137)	(343.885)	-	(9.103.860)
Amortizações do exercício	-	(125.850)	(38.299)	(1.865)	(68.809)	(8.774)	-	(243.597)
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates/alienações	-	-	-	-	842.715	-	-	842.715
Saldo final	-	(4.159.411)	(1.194.493)	(253.948)	(2.544.231)	(352.659)	-	(8.504.742)
Activos líquidos	1.179.991	2.517.678	275.740	2.032	196.212	17.107	-	4.188.760
2009								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	1.179.991	8.547.766	1.909.730	273.788	3.659.184	377.260	15.153	15.962.872
Aquisições	-	30.560	240.051	-	-	-	18.937	289.548
Transferências	-	-	15.153	-	-	-	(15.153)	-
Abates/alienações	-	(1.920.174)	(694.701)	(17.808)	(112.851)	(7.494)	-	(2.753.028)
Saldo final	1.179.991	6.658.152	1.470.233	255.980	3.546.333	369.766	18.937	13.499.392
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	(4.905.980)	(1.409.820)	(265.275)	(3.242.409)	(333.500)	-	(10.156.984)
Amortizações do exercício	-	(258.451)	(78.141)	(4.616)	(141.546)	(13.360)	-	(496.114)
Abates/alienações	-	1.130.870	331.767	17.808	65.818	2.975	-	1.549.238
Saldo final	-	(4.033.561)	(1.156.194)	(252.083)	(3.318.137)	(343.885)	-	(9.103.860)
Activos líquidos	1.179.991	2.624.591	314.039	3.897	228.196	25.881	18.937	4.395.532

O montante de abates e alienações ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de bruto de 842.715 Euros, na rubrica de "Equipamento administrativo", refere-se essencialmente à alienação de equipamentos informáticos, os quais se encontravam totalmente amortizados.

Em 31 de Dezembro de 2009, os montantes de 2.753.028 Euros e 1.549.238 Euros relativos aos abates e alienações ocorridos na rubrica de Activos fixos tangíveis e amortizações acumuladas, respectivamente, incluem essencialmente o abate dos activos fixos afectos às anteriores instalações da sede da Empresa desocupadas durante o exercício de 2009, mediante a renegociação do contrato de arrendamento das mesmas.

As amortizações do exercício no montante de 243.597 Euros (496.114 Euros em 31 de Dezembro de 2009), calculadas de acordo com o descrito na Nota 3.2, foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização" na demonstração dos resultados.

6 LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o Grupo é locatário em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras sem condutor ao serviço da Empresa e com o edifício onde se encontra instalada a sua sede, os quais se encontram denominados em Euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2010	2009
Até 1 ano	1.024.597	1.230.645
Entre 1 e 5 anos	470.150	1.034.530
	<u>1.494.747</u>	<u>2.265.175</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

	Gastos do período	
	2010	2009
Rendas	1.043.232	1.840.341
	<u>1.043.232</u>	<u>1.840.341</u>

Locação em que a Empresa age como locador

Contratos de Buy-back

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa é locadora em contratos de locação operacional relacionados com viaturas, denominados de contratos Buy-back, os quais se encontram denominados em euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os efeitos dos contratos de Buy-Back nas demonstrações financeiras da Empresa foram os seguintes:

	Efeitos no Balanço				
	Inventários	Perdas por Imparidade	Diferimentos de rendas a reconhecer no futuro	Provisões	Outras contas a pagar-valor de retoma
Efeito dos Buy-backs em 2010	44.127.852	(7.097.643)	3.437.737	38.605	42.658.739
	<u>44.127.852</u>	<u>(7.097.643)</u>	<u>3.437.737</u>	<u>38.605</u>	<u>42.658.739</u>
Efeito dos Buy-backs em 2009	57.303.245	(10.731.237)	3.979.981	49.517	49.697.922
	<u>57.303.245</u>	<u>(10.731.237)</u>	<u>3.979.981</u>	<u>49.517</u>	<u>49.697.922</u>

Handwritten signatures and initials:




Em 31 de Dezembro de 2010 existiam 3.214 veículos, (3.963 veículos em 2009) que se encontravam cedidos a terceiros em locações operacionais de viaturas, denominados contratos de "Buy-Back". Adicionalmente, existiam 156 contratos de "sale and lease back" de viaturas ligeiras sem condutor ao serviço da Empresa (200 veículos em 2009).

Desta forma, na rubrica de "Inventários" encontram-se registados pelo montante de 44.127.852 Euros os veículos que se encontram locados e para os quais a Empresa apresenta perdas por imparidades no montante de 7.097.643 Euros (Nota 10).

Na rubrica de "Diferimentos passivos" encontra-se registado o montante de 3.437.737 Euros que corresponde ao total do rédito a reconhecer em exercícios futuros com cada contrato até ao término dos mesmos (Nota 17).

Na rubrica de "Outras contas a pagar- Outros credores - Buy-Back's" encontra-se registado o montante relativo ao valor de retoma dos veículos que a Empresa se comprometeu a adquirir no final do contrato (Nota 15). A rubrica de "Provisões" do balanço regista as perdas estimadas com contratos para os quais se estima que o rédito dos mesmos será inferior ao da desvalorização do veículo, a qual ascende a 38.605 Euros (Nota 14).

7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2010		
	Propriedades de investimento		
	Arrendadas	Para valorização de capital	Total
Activos			
Saldo inicial	29.742.839	281.739	30.024.578
Aquisições	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-
Saldo final	29.742.839	281.739	30.024.578
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	(10.377.678)	(7.983)	(10.385.661)
Amortizações do exercício	(451.811)	(5.635)	(457.446)
Alienações e abates	-	-	-
Saldo final	(10.829.489)	(13.618)	(10.843.107)
Activos líquidos	18.913.350	268.121	19.181.471

RENAULT PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

	2009		
	Propriedades de investimento		
	Arrendadas	Para valorização de capital	Total
Activos			
Saldo inicial	29.788.664	281.739	30.070.403
Adições	-	-	-
Alienações e abates	(45.825)	-	(45.825)
Saldo final	29.742.839	281.739	30.024.578
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	(9.907.984)	(2.348)	(9.910.332)
Amortizações do exercício	(471.178)	(5.635)	(476.813)
Alienações e abates	1.484	-	1.484
Saldo final	(10.377.678)	(7.983)	(10.385.661)
Activos líquidos	19.365.161	273.756	19.638.917

As amortizações do exercício no montante de 457.446 Euros (476.813 Euros em 31 de Dezembro de 2009), calculadas de acordo com o descrito na Nota 3.4, foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização" na demonstração dos resultados.

O detalhe das propriedades de investimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Arrendadas:		
Renault Retail Group - Boavista, Lda.(Boavista)	5.417.568	5.523.266
Renault Retail Group - Boavista, Lda.(Gondomar)	4.563.161	4.623.222
Renault Retail Group Chelas, Lda.	4.079.706	4.303.641
Renault Retail Group Telheiras, Lda.	4.852.913	4.915.031
	18.913.348	19.365.160
Para valorização de capital		
Edifício Fábrica do Peixe	268.123	273.757
	268.123	273.757
	19.181.471	19.638.917

A metodologia adoptada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento envolve geralmente o recurso a avaliações efectuadas por entidades independentes. De acordo com as últimas avaliações independentes efectuadas em exercícios anteriores e/ou valor de uso daquelas propriedades de investimento, é entendimento do Conselho de Administração que não se estimam quaisquer perdas de imparidade no valor de realização daqueles imóveis.

HA XI

RENAULT PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos (rendas) relacionados com propriedades de investimento, na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 22):

	2010	2009
Arrendadas:		
Renault Retail Group - Boavista, Lda.	777.098	744.347
Renault Retail Group Chelas, Lda.	775.743	880.317
Renault Retail Group Telheiras, Lda.	444.225	425.503
	<u>1.997.066</u>	<u>2.050.167</u>
Para valorização de capital:		
Edifício Fábrica do Peixe	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.997.066</u>	<u>2.050.167</u>

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Empresa tinha os seguintes investimentos em associadas:

		2010						
		Capital		Total de	Resultado	%	Quantia escriturada	
		Activo	Passivo	próprio	rendimentos	líquido	detida	Participações
								Provisões (Nota 14)
Sede								
Método da equivalência patrimonial:								
C.A.C.I.A., S.A.	Aveiro	154 837 573	62 401 536	92 436 037	254 585 890	10 815 528	100,00%	92 436 037
Renault Retail Group - Boavista, Lda.	Porto	21 018 440	13 227 832	7 790 608	52 868 065	502 881	99,17%	7 480 490
Renault Retail Group Chelas, Lda.	Lisboa	32 768 305	32 327 764	440 541	107 586 065	(214 010)	99,17%	4 605 235
Renault Retail Group Telheiras, Lda.	Lisboa	10 431 618	8 691 901	1 739 717	35 012 683	543 955	0,83%	13 511
IFA - Instituto Formação Automóvel, S.A.	Lisboa	589 585	181 366	408 219	687 620	78 678	99,00%	396 279
		<u>219 645 521</u>	<u>116 830 399</u>	<u>102 815 122</u>	<u>450 740 323</u>	<u>11 727 032</u>		<u>104 931 551</u>
								<u>4 612 712</u>
Método do custo:								
Sodicam Portuguesa - Produtos Químicos e Equipamentos Industriais, Lda.	Lisboa	-	-	-	-	-	-	499
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>499</u>
		<u>219 645 521</u>	<u>116 830 399</u>	<u>102 815 122</u>	<u>450 740 323</u>	<u>11 727 032</u>		<u>104 932 050</u>
								<u>4 612 712</u>

		2009						
		Capital		Total de	Resultado	%	Quantia escriturada	
		Activo	Passivo	próprio	rendimentos	líquido	detida	Participações
								Provisões (Nota 14)
Sede								
Método da equivalência patrimonial:								
C.A.C.I.A., S.A.	Aveiro	135 042 400	53 246 428	81 795 972	196 307 227	(1 263 984)	100,00%	81 558 405
Renault Retail Group - Boavista, Lda.	Porto	15 839 720	8 551 993	7 287 727	52 791 532	442 851	99,17%	6 972 301
Renault Retail Group Chelas, Lda.	Lisboa	32 993 939	32 339 388	654 551	86 629 085	(1 007 499)	99,17%	4 605 235
Renault Retail Group Telheiras, Lda.	Lisboa	8 044 499	6 848 737	1 195 762	25 418 491	455 262	0,83%	9 303
IFA - Instituto Formação Automóvel, S.A.	Lisboa	404 799	75 258	329 541	621 940	(40 983)	99,00%	344 774
		<u>192 325 357</u>	<u>101 061 804</u>	<u>91 263 553</u>	<u>361 768 275</u>	<u>(1 414 363)</u>		<u>93 490 018</u>
								<u>4 548 398</u>
Método do custo:								
Sodicam Portuguesa - Produtos Químicos e Equipamentos Industriais, Lda.	Lisboa	-	-	-	-	-	-	499
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>499</u>
		<u>192 325 357</u>	<u>101 061 804</u>	<u>91 263 553</u>	<u>361 768 275</u>	<u>(1 414 363)</u>		<u>93 490 517</u>
								<u>4 548 398</u>

Os dados acima evidenciados relativos às subsidiárias da Empresa foram extraídos das respectivas demonstrações financeiras, na respectiva data.

A aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros das participadas RRG – Boavista, RRG – Chelas e RRG - Telheiras, encontra-se corrigida pelo efeito da anulação das margens não realizadas resultantes das vendas a estas participadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Participações financeiras” inclui Prestações acessórias efectuadas às empresas participadas Renault Retail Group - Chelas e C.A.C.I.A. nos montantes de 4.605.235 Euros e 42.239.895 Euros, respectivamente.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2010		
	Método da equiv. Patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	93.490.018	499	93.490.517
Equivalência patrimonial	11.441.533		11.441.533
Saldo final	104.931.551	499	104.932.050
Provisões (Nota 14)			
Saldo inicial	(4.548.398)	-	(4.548.398)
Equivalência patrimonial	(64.314)		(64.314)
Saldo final	(4.612.712)	-	(4.612.712)

	2009		
	Método da equiv. Patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	91.153.265	499	91.153.764
Equivalência patrimonial	(963.247)	-	(963.247)
Outras variações	3.300.000	-	3.300.000
Saldo final	93.490.018	499	93.490.517
Provisões (Nota 14)			
Saldo inicial	(2.918.757)	-	(2.918.757)
Equivalência patrimonial	(1.629.641)	-	(1.629.641)
Saldo final	(4.548.398)	-	(4.548.398)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as variações ocorridas nas rubricas “Participações financeiras”, nos montantes de 11.441.533 Euros e (963.247) Euros, e “Provisões”, nos montantes de (64.315) Euros e (1.629.641) Euros, decorrem do efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial, que foi registado por contrapartida da rubrica “Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”.

Em 31 de Dezembro de 2009 a variação da rubrica “Participações financeiras”, inclui o montante de 3.300.000 Euros relativo a prestações acessórias efectuadas à empresa participada Renault Retail Groupe-Chelas.

9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa máxima de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5%, sobre o lucro tributável, e de Derrama estadual à taxa de 2,5%, sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000.000 Euros, resultando uma taxa de imposto agregada de 29%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, encontram-se ainda sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhados como se segue:

	2010	2009
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	(1.345.295)	(398.146)
Excesso de estimativa para imposto	-	194.296
	<u>(1.345.295)</u>	<u>(203.850)</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	<u>(1.643.787)</u>	<u>(512.072)</u>
	<u>(1.643.787)</u>	<u>(512.072)</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>(2.989.082)</u>	<u>(715.922)</u>

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 é detalhado como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Resultado antes de impostos	22.972.748	(2.900.412)
Acréscimos à matéria colectável:		
Imparidades não aceites fiscalmente	-	19.463
Equivalência patrimonial	-	2.592.888
Provisões não aceites fiscalmente	1.404.030	687.560
Depreciações não aceites fiscalmente	19.583	1.256.760
40% do aumento das amortizações resultantes de reavaliações	58.675	42.296
Acréscimo 1/5 ajustamentos de transição SNC	725.069	-
Outros acréscimos	345.891	795.833
	2.553.248	5.394.800
Decréscimos à matéria colectável:		
Redução de imparidades tributadas	(3.320.636)	(5.566.467)
Redução de provisões tributadas	(1.093.549)	(429.327)
Equivalência patrimonial	(11.377.218)	-
Benefícios fiscais dedutíveis	-	(37.800)
Outras deduções	-	(2.792)
	(15.791.403)	(6.036.386)
Lucro/(prejuízo) fiscal apurado	9.734.593	(3.541.998)
Dedução de prejuízos fiscais reportáveis	(5.463.999)	-
Matéria colectável	4.270.595	(3.541.998)
IRC Liquidado 25%	(1.067.649)	-
Derrama Estadual 2,5%	(56.765)	-
Derrama 1,5%	(64.060)	-
Tributações autónomas	(156.822)	(398.146)
Estimativa do imposto corrente	(1.345.295)	(398.146)
Excesso/(Insuficiência) de estimativa de imposto de períodos anteriores	-	194.296
Impostos diferidos	(1.643.787)	(512.072)
Gasto com imposto sobre o rendimento do período	(2.989.082)	(715.922)

Impostos diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é conforme se segue:

	2010		2009	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente				
Perdas por imparidade de clientes (Nota 11)	203.647	-	209.062	-
Perdas por imparidade de inventários (Nota 10)	2.266.368	-	3.146.337	-
Provisões para riscos e encargos (Nota 14)	1.054.738	-	972.460	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	1.043.824	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis (Nota 13)	-	245.000	-	256.000
Ajustamentos de conversão para SNC a reconhecer em 5 anos	-	768.573	-	960.716
	3.524.753	1.013.573	5.371.683	1.216.716

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como se segue:

	2010		2009	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Saldo inicial	5.371.683	1.216.716	4.613.000	269.000
Ajustamentos de conversão para SNC (Nota 2)	-	-	1.115.931	792.892
Saldo inicial reexpresso	5.371.683	1.216.716	5.728.931	1.061.892
Efeito em resultados:				
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente				
Perdas por imparidade de clientes (Nota 11)	(5.415)	-	6.062	-
Perdas por imparidade de inventários (Nota 10)	(879.969)	-	(1.475.534)	-
Provisões para riscos e encargos (Nota 14)	82.278	-	68.400	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(1.043.824)	-	1.043.824	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis (Nota 13)	-	(11.000)	-	(13.000)
Ajustamentos de conversão para SNC a reconhecer em 5 anos	-	(192.143)	-	167.824
	(1.846.930)	(203.143)	(357.248)	154.824
Saldo final	3.524.753	1.013.573	5.371.683	1.216.716

10 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os inventários têm a seguinte composição:

	2010			2009		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Viaturas novas	11.456.209	(5.674)	11.450.535	10.556.523	(5.674)	10.550.849
Viaturas usadas	6.375.478	(1.119.743)	5.255.735	5.030.002	(818.865)	4.211.137
Viaturas usadas - buy backs	44.127.852	(7.097.643)	37.030.209	57.303.245	(10.731.237)	46.572.008
Peças de substituição	4.971.212	(329.273)	4.641.939	4.902.677	(317.193)	4.585.484
	66.930.751	(8.552.333)	58.378.418	77.792.447	(11.872.969)	65.919.478

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Saldo inicial	77.792.447	118.948.386
Compras	451.009.363	352.242.220
Regularizações de existências	305.891	384.437
Saldo final	(66.930.750)	(77.792.447)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	462.176.951	393.782.596

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	
Viaturas novas	5.674	-	-	5.674
Viaturas usadas	818.865	300.878	-	1.119.743
Viaturas usadas - <i>buy backs</i>	10.731.237	-	(3.633.594)	7.097.643
Peças de substituição	317.193	12.080	-	329.273
	<u>11.872.969</u>	<u>312.958</u>	<u>(3.633.594)</u>	<u>8.552.333</u>

	2009			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	
Viaturas novas	5.674	-	-	5.674
Viaturas usadas	4.384.181	-	(3.565.316)	818.865
Viaturas usadas - <i>buy backs</i>	12.754.229	-	(2.022.992)	10.731.237
Peças de substituição	295.352	21.841	-	317.193
	<u>17.439.436</u>	<u>21.841</u>	<u>(5.588.308)</u>	<u>11.872.969</u>

As perdas por imparidade de inventários correspondem às diferenças entre o valor de mercado e a quantia escriturada do activo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Os aumentos e as reversões de perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram registados na rubrica imparidades de inventários (perdas/reversões).

Inventários em poder de terceiros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa tinha inventários em trânsito e à guarda de terceiros, como se segue:

	2010	2009
Mercadorias em trânsito	7.175.848	4.258.127
Mercadorias em poder de terceiros	12.473.292	12.553.901
	<u>19.649.140</u>	<u>16.812.028</u>

11 ACTIVOS FINANCEIROS

As categorias de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhadas conforme se segue:

	2010			2009		
	Activos financeiros registados ao custo / custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Activos financeiros registados ao custo / custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
Activos correntes						
Clientes	5.817.022	(1.888.747)	3.928.275	6.573.474	(1.908.211)	4.665.263
Adiantamentos a fornecedores	203.274	-	203.274	204.774	-	204.774
Empresas do grupo e accionistas	12.517.000	-	12.517.000	53.854.173	-	53.854.173
Outras contas a receber	324.399	-	324.399	158.090	-	158.090
Caixa e equivalentes de caixa	116.191.172	-	116.191.172	45.911.107	-	45.911.107
	<u>135.052.867</u>	<u>(1.888.747)</u>	<u>133.164.120</u>	<u>106.701.618</u>	<u>(1.908.211)</u>	<u>104.793.407</u>

Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta tem a seguinte composição:

	2010	2009
Clientes	5.817.022	6.573.474
Perdas de imparidade	<u>(1.888.747)</u>	<u>(1.908.211)</u>
	<u>3.928.275</u>	<u>4.665.263</u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível, às contas a receber derivadas da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas de imparidade acumuladas, que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010			2009		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	2.984.447	-	2.984.447	3.894.703	-	3.894.703
Vencido:						
0-182 dias	682.460	-	682.460	580.715	-	580.715
183 -365 dias	172.040	-	172.040	73.459	-	73.459
366 - 548 dias	17.814	-	17.814	68.817	-	68.817
548 -730 dias	27.083	-	27.083	8.274	-	8.274
> 730 dias	1.933.178	(1.888.747)	44.431	1.947.506	(1.908.211)	39.295
	<u>5.817.022</u>	<u>(1.888.747)</u>	<u>3.928.275</u>	<u>6.573.474</u>	<u>(1.908.211)</u>	<u>4.665.263</u>

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de clientes nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Cientes	1.908.211	-	(19.464)	1.888.747
	<u>1.908.211</u>	<u>-</u>	<u>(19.464)</u>	<u>1.888.747</u>

	2009			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Cientes	1.889.855	73.822	(55.466)	1.908.211
	<u>1.889.855</u>	<u>73.822</u>	<u>(55.466)</u>	<u>1.908.211</u>

Os aumentos e reversões nas imparidades das contas a receber de clientes, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de 73.822 Euros e 55.466 Euros, respectivamente, (19.464 Euros de reversões em 2009) foram registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidades de dívidas a receber".

Empresas do grupo e accionistas

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica incluía os montantes de 39.322.115 Euros, 1.785.239 Euros e 229.819 Euros respeitantes aos contratos de centralização de tesouraria ("Cashpooling") com a empresa-mãe Renault, S.A.S. e com as participadas RRG - Chelas, Lda. e RRG - Boavista, Lda., respectivamente, os quais vencem juros a taxas de mercado. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica inclui os montantes de 400.000 Euros e 12.117.000, relativos a empréstimos concedidos às subsidiárias RRG - Telheiras, Lda. e RRG - Chelas, Lda., respectivamente, os quais vencem juros a taxas de mercado e vencem-se anualmente.

Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Outras contas a receber:		
Empresas do grupo (Nota 27)	-	49.561
Outros	324.399	108.529
	<u>324.399</u>	<u>158.090</u>
Perdas de imparidade	-	-
	<u>324.399</u>	<u>158.090</u>

12 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Imposto Automóvel	666.015	872.495
Rendas de imóveis	60.561	60.561
Outros	364	4.776
	<u>726.940</u>	<u>937.832</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes de 666.015 Euros e 872.495 Euros, respectivamente, correspondem ao valor do Imposto automóvel suportado pela Empresa e que se encontra pendente de redébito aos respectivos clientes/concessionários.

13 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da Empresa, no montante de 38.462.920 Euros, integralmente realizado e representado por 7.708.000 acções com o valor nominal unitário de 4,99 Euros, é detido, directa ou indirectamente pelas seguintes entidades:

Entidade	2010		2009	
	Nº acções	%	Nº acções	%
Renault, SAS	5.527.479	71,71%	5.527.479	71,71%
Renault Espanha, S.A.	2.180.458	28,29%	2.180.458	28,29%
Outros	63	0,00%	63	0,00%

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta data represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a reserva legal ascendia a 7.692.584 Euros.

Ajustamentos em activos financeiros:

O saldo desta rubrica representa os resultados das afiliadas de exercícios anteriores apropriados através da aplicação do método da equivalência patrimonial, os quais ainda não foram convertidos em dividendos recebidos.

Aplicação de resultados

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 16 de Abril de 2010, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 no montante de 3.014.667 Euros foi transferido para resultados transitados. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa não procedeu à distribuição de dividendos aos seus accionistas.

Resultados transitados:

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus activos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro

A rubrica de "Resultados transitados" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 inclui o montante de 70.771.441 Euros resultante de reavaliações efectuadas em anos anteriores ao abrigo de diplomas legais. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

Como resultado das revalorizações efectuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aumentadas em 146.688 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Resultado por acção:

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os resultados básicos por acção correspondem ao resultado líquido dividido pelo número médio ponderado de acções ordinárias da Renault Portugal, S.A. durante o período, tendo sido calculado como segue:

	2010	2009
Resultados:		
Resultado líquido do período	19.983.666	(3.616.334)
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	7.708.000	7.708.000
Resultado por acção básico	<u>2,593</u>	<u>N/A</u>

Handwritten signature and initials

14 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Provisões

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010		
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões
Provisões para processos judiciais em curso	3.158.670	-	(800.682)
Outras provisões			
Contratos deficitários - "buy backs"	49.517	-	(10.912)
Reestruturação	461.475	-	(281.955)
Responsabilidades após período da garantia	-	1.404.030	-
	<u>3.669.662</u>	<u>1.404.030</u>	<u>(1.093.549)</u>
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 8)	4.548.398	64.314	-
	<u>8.218.060</u>	<u>1.468.344</u>	<u>(1.093.549)</u>

	2009		
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões
Provisões para processos judiciais em curso	2.471.110	687.560	-
Outras provisões			
Contratos deficitários - "buy backs"	237.473	-	(187.956)
Reestruturação	702.846	-	(241.371)
	<u>3.411.429</u>	<u>687.560</u>	<u>(429.327)</u>
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 8)	2.918.757	1.629.641	-
	<u>6.330.186</u>	<u>2.317.201</u>	<u>(429.327)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 os aumentos e reversões das provisões nos montantes de 1.404.030 Euros e 1.093.549 Euros, respectivamente, (687.560 Euros e 429.327 Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2009) foram registados por contrapartida da rubrica "Provisões". O montante de 64.314 Euros em 31 de Dezembro de 2010 (1.629.641 Euros em 31 de Dezembro de 2009) foi registado por contrapartida da rubrica "Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos" (Nota 8).

As provisões no montante de 2.357.988 Euros em 31 de Dezembro de 2010 (3.158.670 Euros em 31 de Dezembro de 2009) são referentes a processos judiciais em curso interpostos contra a Empresa e que se encontram pendentes de resolução em tribunal. A reversão ocorrida nestas provisões em 31 de Dezembro de 2010 no montante de 800.682 Euros refere-se a processos que terminaram durante o exercício, sem que dos quais tivessem resultado quaisquer contingências para a Empresa.

A provisão para "Contratos deficitários - buy backs", no montante de 38.605 Euros (49.517 Euros em 31 de Dezembro de 2009) destina-se a fazer face às perdas potenciais com os contratos onerosos de locação operacional associados às vendas de viaturas com compromisso de retoma das mesmas na data de 31 de Dezembro de 2010.

A provisão para "Reestruturação", no montante de 179.520 Euros (461.475 Euros em 31 de Dezembro de 2009) insere-se no plano de reestruturação definido pela empresa do grupo Renault SAS.

O montante de 4.612.712 Euros (4.548.398 Euros em 31 de Dezembro de 2009) respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial ao investimento financeiro na empresa participada Renault Retail Group - Chelas, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 8).

Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue

	2010	2009	Observações
Alfândega de Lisboa	10.000.000	14.000.000	Caução global para desalfandegamento veiculos (ISV)
Outros	211.554	207.274	
	<u>10.211.554</u>	<u>14.207.274</u>	

Activos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa não apresentava quaisquer activos contingentes.

15 PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhadas conforme se segue:

	2010	2009
	Passivos financeiros registados ao custo/ custo amortizado	Passivos financeiros registados ao custo/ custo amortizado
Passivos correntes		
Fornecedores	15.582.894	11.986.859
Outras contas a pagar	102.599.433	99.007.132
Empresas do grupo e accionistas	2.608.016	4.839.021
Financiamentos obtidos - instituições financeiras	-	32.319
	<u>120.790.343</u>	<u>115.865.331</u>

RENAULT PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010		2009	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores conta corrente	6.004.006	-	2.482.429	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	9.578.888	-	9.504.430	-
	<u>15.582.894</u>	-	<u>11.986.859</u>	-

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica respeita a contas a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa. Em 31 de Dezembro de 2010, a Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas correspondente aproximadamente ao seu justo valor.

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – facturas em recepção e conferência, correspondem essencialmente às compras de veículos novos e de peças de reposição que se encontram em trânsito àquelas datas.

Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Outros credores - contratos Buy-Back's	42.658.739	49.697.922
Estado (ISV a liquidar)	7.466.505	4.401.705
Acréscimos de gastos	51.931.760	44.697.237
Outros	<u>542.429</u>	<u>210.268</u>
	<u>102.599.433</u>	<u>99.007.132</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o saldo de "Outros credores – Buy-Back's" respeita aos adiantamentos recebidos por conta dos contratos de Buy-Back's em aberto naquelas datas, e corresponde ao valor de retoma dos veículos que a Empresa se comprometeu a adquirir no final do contrato

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o saldo de 7.466.505 Euros e 4.401.705 Euros, respectivamente, referem-se a Imposto sobre veículos (ISV) a liquidar ao Estado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os acréscimos de gastos da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Meios comerciais variáveis	29.268.531	16.316.163
Meios comerciais fixos	7.963.067	12.304.906
Fornecimentos e serviços de terceiros	6.608.526	7.152.216
Meios comerciais serviço pós venda	5.166.551	6.071.260
Remunerações a liquidar	2.237.344	1.973.152
Matriculação de veículos	264.000	296.109
Contribuição autárquica	122.034	119.385
Taxas a liquidar	190.596	190.596
Seguros	<u>111.111</u>	<u>273.450</u>
	<u>51.931.760</u>	<u>44.697.237</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Meios comerciais variáveis", no montante de 29.268.531 Euros (16.316.163 Euros em 31 de Dezembro de 2009), inclui, essencialmente, incentivos comerciais a conceder a clientes relativamente a viaturas vendidas aos mesmos durante o exercício, nomeadamente participações frotistas, bónus à matrícula, entre outros. A variação significava verificada nesta rubrica deve-se essencialmente ao aumento das vendas de veículos verificado durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, quando comparado com 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Meios comerciais fixos", no montante de 7.963.067 Euros (12.304.906 Euros em 31 de Dezembro de 2009) inclui, essencialmente, incentivos ao investimento e reestruturação à rede de concessionários. A variação ocorrida nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 face a 2009 deve-se essencialmente a uma alteração na política comercial de concessão destes incentivos por parte da Empresa, no sentido da sua contenção.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Meios comerciais serviço pós venda", no montante de 5.166.551 Euros (6.071.260 Euros em 31 de Dezembro de 2009) inclui, essencialmente, rappel e outros bónus comerciais a conceder aos concessionários relativamente à venda de peças de substituição e acessórios.

Empresas do grupo e accionistas

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica incluía os montantes de 1.551.266 Euros, 102.905 Euros, 270.714 Euros, 683.131 Euros e respeitantes aos contratos de centralização de tesouraria ("Cashpooling") com a empresa-mãe Renault, S.A.S. e com as participadas RRG - Chelas, Lda., RRG - Boavista, Lda. e C.A.C.I.A., respectivamente, os quais vencem juros a taxas de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica incluía o montante de 4.839.021 Euros, respeitante ao contrato de centralização de tesouraria ("Cashpooling") com a participada C.A.C.I.A., o qual vence juros a taxas de mercado.

Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2009 os financiamentos obtidos referiam-se a um descoberto bancário no Milénium BCP.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa não tem, face a instituições financeiras ou outras, quaisquer compromissos financeiros relativos a hipotecas ou garantias reais de qualquer género.

16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas - IRC:				
Estimativa de imposto corrente (Nota 9)	-	1.345.295	(398.146)	-
Pagamentos por conta e retenções na fonte	-	(218.965)	1.178.241	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares - IRS:				
Retenções na fonte	-	91.674	-	90.524
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	23.058.486	-	20.243.219
Contribuições para a Segurança Social	-	135.472	-	138.647
Outros impostos	-	1.721	-	149
	-	24.413.683	780.095	20.472.539

17 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Rendimentos de locações - contratos de Buy-Back	3.437.737	3.979.981
Outros proveitos diferidos - viaturas facturadas e não entregues	289.821	-
	<u>3.727.558</u>	<u>3.979.981</u>

Os montantes de diferimentos de rendimentos de locações registados em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 dizem respeito aos rendimentos gerados no momento inicial aquando da realização dos contratos de Buy-Backs, e que serão reconhecidos em exercícios posteriores ao longo do período dos mesmos.

18 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 tem a seguinte composição:

	2010	2009
Vendas	519.013.181	443.082.641
Prestação de serviços	1.089.476	320.748
	<u>520.102.657</u>	<u>443.403.389</u>

A repartição das vendas por tipo de bens em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Mercado interno:		
Veículos novos	403.013.951	293.983.548
Veículos usados	45.309.705	76.489.512
Peças de substituição e acessórios	70.689.525	72.609.581
Total	<u>519.013.181</u>	<u>443.082.641</u>

Handwritten signature and initials: "M XI" followed by a stylized signature.

19 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 tem a seguinte composição:

	2010	2009
Publicidade e propaganda	13.123.134	18.814.843
Garantia rede	9.726.568	9.716.767
Transporte de mercadorias	8.274.921	5.236.310
Matriculação de veículos	4.543.994	3.491.423
Assistência técnica	4.540.067	5.210.469
Assistência informática	2.728.994	3.602.479
Comissão de gestão RCI	1.821.247	1.906.639
Outros trabalhos especializados	1.798.794	1.667.135
Rendas e alugueres	1.321.241	2.227.403
Livros e documentação técnica	482.442	426.979
Deslocações e estadas	441.782	218.520
Conservação e reparação	380.969	1.690.620
Combustíveis	363.416	328.039
Outros	2.910.689	3.543.579
	<u>52.458.258</u>	<u>58.081.205</u>

20 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica "Gastos com pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 tem a seguinte composição:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	135.648	132.660
Remunerações do pessoal	5.928.346	5.499.821
Indemnizações	281.955	123.065
Encargos sobre remunerações	1.290.317	1.288.715
Outros	921.510	1.029.385
	<u>8.557.776</u>	<u>8.073.646</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número médio de colaboradores foi o seguinte:

	2010	2009
Numero médio de colaboradores	150	152

21 AMORTIZAÇÕES

A rubrica "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 tem a seguinte composição:

	2010	2009
Amortizações de activos fixos tangíveis (Nota 5)	243.597	496.114
Amortizações de propriedades de investimento (Nota 7)	457.446	476.813
	<u>701.043</u>	<u>972.927</u>

Handwritten signature and initials.

22 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Rendimentos suplementares	13.048.803	14.468.089
Rendimentos de propriedades de investimento (Nota 7)	1.997.067	2.050.167
Reembolso de ISV	836.531	-
Outros rendimentos e ganhos	92.383	52.949
	<u>15.974.784</u>	<u>16.571.205</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Rendimentos suplementares" inclui os montantes de 7.710.713 Euros e 9.273.895 Euros, respectivamente, relativos a comparticipação de garantias pela empresa-mãe, a Renault SAS.

23 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Impostos	708.448	811.176
Perdas em abates de activos fixos tangíveis (Nota 5)	-	1.242.723
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	36.424
Outros gastos e perdas	266.993	309.021
	<u>975.441</u>	<u>2.399.344</u>

24 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas e rendimentos e ganhos de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhados conforme se segue:

	2010	2009
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
Empresas do Grupo	3.033.786	2.718.081
Outros financiamentos obtidos	-	-
	<u>3.033.786</u>	<u>2.718.081</u>
Resultados Financeiros	(2.642.061)	(2.262.278)
	<u>391.725</u>	<u>455.803</u>
Rendimentos e Ganhos:		
Juros obtidos		
Empresas do Grupo	391.725	442.413
Outros financiamentos concedidos	-	13.390
	<u>391.725</u>	<u>455.803</u>

10 x1

25 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os saldos com a Empresa-mãe, empresas subsidiárias e outras partes relacionadas foram conforme se segue:

	2010					
	Activo			Passivo		
	Clientes	Empresas do grupo e accionistas	Outras contas a receber (corrente)	Fornecedores	Empresas do grupo e accionistas	Outras contas a pagar (corrente)
Empresa-mãe:						
Renault SAS	785.763	-	-	12.914.114	1.551.266	-
	785.763	-	-	12.914.114	1.551.266	-
Subsidiárias:						
Renault Retail Group - Telheiras, Lda.	-	400.000	-	-	-	4.608
Renault Retail Group - Chelas, Lda.	15.567	12.117.000	-	236.701	102.905	-
Renault Retail Group - Boavista, Lda.	1.252	-	-	-	270.714	-
C.A.C.I.A., S.A.	79.365	-	-	-	683.131	-
Sodicam	2.159	-	-	-	-	-
Instituto de Formação Automóvel	-	-	-	160.903	-	-
	98.343	12.517.000	-	397.604	1.056.750	4.608
Outras partes relacionadas:						
RCI Banque	1.895.331	-	-	444.083	-	-
RCI Gest	33.895	-	-	322.978	-	166.616
Renault Alemanha	990	-	-	-	-	-
RCI Banque França	8.285	-	-	-	-	-
Nissan Europe	1.590	-	-	-	-	-
Nissan France	5.064	-	-	-	-	-
Nissan Ibéria	20.562	-	-	-	-	-
Nissan Trading	435	-	-	-	-	-
	1.966.152	-	-	767.061	-	166.616
	2.850.258	12.517.000	-	14.078.779	2.608.016	171.224
	2009					
	Activo			Passivo		
	Clientes	Empresas do grupo e accionistas	Outras contas a receber (corrente)	Fornecedores	Empresas do grupo e accionistas	Outras contas a pagar (corrente)
Empresa-mãe:						
Renault SAS	1.100.292	39.322.115	-	10.176.843	-	-
	1.100.292	39.322.115	-	10.176.843	-	-
Subsidiárias:						
Renault Retail Group - Telheiras, Lda.	195	400.000	-	1.146	-	-
Renault Retail Group - Chelas, Lda.	14.551	13.902.239	-	207.294	-	25
Renault Retail Group - Boavista, Lda.	3.478	229.819	-	2.605	-	-
C.A.C.I.A., S.A.	15.944	-	-	-	4.839.021	-
Sodicam	22.160	-	-	197.160	-	-
Instituto de Formação Automóvel	-	-	-	-	-	-
	56.328	14.532.058	-	408.205	4.839.021	25
Outras partes relacionadas:						
RCI Banque	2.140.971	-	-	31.982	-	-
RCI Gest	311.630	-	49.561	562.060	-	-
Nissan Europe	1.590	-	-	-	-	-
Nissan France	5.064	-	-	-	-	-
Nissan Ibéria	54.846	-	-	-	-	-
Nissan Trading	435	-	-	-	-	-
Renault Alemanha	990	-	-	-	-	-
	2.515.526	-	49.561	594.042	-	-
	3.672.146	53.854.173	49.561	11.179.090	4.839.021	25

Os montantes de 400.000 Euros e 12.117.000 Euros incluídos na rubrica de "Empresas do grupo e accionistas" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 respeitam a financiamentos concedidos às subsidiárias RRG - Telheiras, Lda. e RRG - Chelas, Lda., respectivamente, e vencem juros a taxas de mercado. Estes montantes vencem-se a um ano, renovando-se automaticamente por igual período.

RENAULT PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 a Empresa renovou o contrato de centralização de tesouraria ("cashpooling") com a empresa-mãe Renault, S.A.S., para optimização das suas disponibilidades. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos decorrentes da celebração deste contrato ascendem a 1.551.266 Euros (credor) e 39.322.115 Euros (devedor), respectivamente, e encontram-se registados na rubrica "Empresas do grupo e accionistas". Esta conta a pagar/receber vence juros a taxas de mercado, e é liquidado imposto de selo sobre o financiamento efectuado.

As contas a pagar/receber evidenciadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 na rubrica "Empresas do grupo e accionistas" no activo e no passivo com as subsidiárias RRG - Chelas, Lda., RRG - Boavista, Lda. e C.A.C.I.A., S.A. respeitam aos contrato de centralização de tesouraria ("Cashpooling") com aquelas subsidiárias, e vencem juros a taxas de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as transacções efectuadas com a empresa-mãe, empresas subsidiárias e outras partes relacionadas foram conforme se segue:

	2010							
	Compras	Serviços obtidos	Outros gastos e perdas	Vendas	Prestações de serviços	Outros rendimentos e ganhos	Rendimentos financeiros	Gastos financeiros
Empresa-mãe:								
Renault SAS	446.549.910	2.599.623	44	257	136.525	8.406.101	233.451	59.830
	446.549.910	2.599.623	44	257	136.525	8.406.101	233.451	59.830
Subsidiárias:								
Renault Retail Group - Telheiras, Lda.	-	35.708	606	24.493.434	1.730	494.843	1.741	-
Renault Retail Group - Chelas, Lda.	137.874	1.243.544	-	81.023.705	8.867	1.203.560	106.936	-
Renault Retail Group - Boavista, Lda.	-	187.810	403	38.051.158	6.628	1.005.684	939	-
C.A.C.I.A., S.A.	-	-	15.804	-	-	45.117	48.658	11.785
Sodicam	-	1.807.300	-	131.687	-	45.266	-	-
Instituto Formação automóvel	-	481.379	-	-	-	5.646	-	-
	137.874	3.755.741	16.813	143.699.984	17.225	2.800.116	158.274	11.785
Outras partes relacionadas:								
RCI Banque	(25.250)	102.285	131.905	-	-	-	-	2.962.172
RCI Gest	1.761.027	4.946.180	156.446	7.257.934	6.038.843	1.016.604	-	-
Nissan Europe	-	-	-	-	-	-	-	-
Nissan France	-	-	-	-	-	-	-	-
Nissan Ibéria	-	-	-	-	-	817.881	-	-
Nissan Trading	-	-	-	-	-	-	-	-
Renault Sport	-	1.000	-	-	-	-	-	-
Renault Global Management	-	12.053	-	-	-	-	-	-
Renault Suisse	-	-	-	-	-	990	-	-
Renault Alemanha	-	14.113	-	-	-	-	-	-
	1.735.777	5.075.631	288.351	7.257.934	6.038.843	1.835.475	-	2.962.172
	448.423.561	11.430.995	305.208	150.958.175	6.192.593	13.041.692	391.725	3.033.786

RENAULT PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

	2009							
	Compras	Serviços obtidos	Outros gastos e perdas	Vendas	Prestações de serviços	Outros rendimentos e ganhos	Rendimentos financeiros	Gastos financeiros
Empresa-mãe:								
Renault SAS	323.237.201	3.215.363	1.403	54.945	110.373	10.141.531	219.873	-
	323.237.201	3.215.363	1.403	54.945	110.373	10.141.531	219.873	-
Subsidiárias:								
Renault Retail Group - Telheiras, Lda.	24.525	245.088	217	14.986.773	2.200	465.797	2.893	-
Renault Retail Group - Chelas, Lda.	359.009	968.640	-	64.321.324	9.985	1.357.111	175.621	304.170
Renault Retail Group - Boavista, Lda.	21.661	117.791	-	30.218.313	5.505	951.960	9.094	-
C.A.C.I.A., S.A.	-	144	23.710	-	-	1.728	34.931	-
Sodicam	-	2.129.615	-	102.091	-	39.850	-	-
Instituto Formação automóvel	-	153.577	-	-	-	213	-	-
	405.194	3.614.854	23.927	109.628.501	17.690	2.816.659	222.540	304.170
Outras partes relacionadas:								
RCI Banque	25.250	4.064.407	129.154	-	-	-	-	2.413.911
RCI Gest	26.554.383	6.778.863	429.299	26.000.422	7.318.745	184.649	-	-
Nissan Europe	-	-	-	-	-	-	-	-
Nissan France	-	-	-	-	-	-	-	-
Nissan Ibéria	-	-	-	-	-	1.017.091	-	-
Nissan Trading	-	-	-	-	-	-	-	-
Renault Alemanha	-	-	-	-	-	-	-	-
	26.579.634	10.843.270	558.453	26.000.422	7.318.745	1.201.740	-	2.413.911
	350.222.029	17.673.487	583.783	135.683.868	7.446.808	14.159.930	442.413	2.718.081

26 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Revisor Oficial de Contas:

Os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 ascenderam a 41.000 Euros.

Adicionalmente, foram ainda facturados honorários relativos a apoio prestado no processo de transição para as NCRF no montante de 7.500 Euros.

27 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2011. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Não se verificaram quaisquer acontecimentos subsequentes a 31 de Dezembro de 2010 e até à presente data susceptíveis de ajustamentos e/ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa naquela data.

A Técnica Oficial de Contas

Alexandra Ferreira



O Conselho de Administração

Administrador Delegado: José Caro de Sousa



Administrador : Xavier Sabatier

